



PRESS BOOK

Revista\_Imprensa\_9\_Abril\_2020

## Revista de Imprensa

1. Turismo arrisca perder 20 mil milhões de euros, Correio da Manhã, 09/04/2020	1
2. IPSS desesperam com aumento de 0,3% no apoio aos continuados, Jornal de Notícias, 09/04/2020	3
3. Do lay-off para a agricultura, Jornal de Notícias, 09/04/2020	4
4. Apoios aos média serão anunciados "em breve", Jornal de Notícias, 09/04/2020	5
5. "Ministério da Agricultura tem de desbloquear mil milhões de euros do PDR" - Entrevista a Luís Mira, Jornal Económico (O), 09/04/2020	6
6. Avenida da Liberdade, Jornal Económico (O), 09/04/2020	8
7. Proteger trabalho, proteger rendimento, com RBI, Jornal Económico (O) - Et Cetera, 09/04/2020	9
8. Recibos verdes que reduziram descontos terão menos ajuda, Negócios, 09/04/2020	12
9. Media vão ter plano para "crise dentro da crise", Negócios, 09/04/2020	15
10. Trabalhadores em layoff poderão ir para a agricultura, Público, 09/04/2020	18
11. Se uma penhora não for suspensão, a falha deve ser exposta ao fisco, Público, 09/04/2020	19
12. O respeitinho não é bonito, Público, 09/04/2020	20
13. Autoeuropa regressa ao trabalho mas vai recorrer ao layoff, Correio da Manhã, 09/04/2020	21
14. Docentes temem regresso às aulas, Correio da Manhã, 09/04/2020	22
15. Falta de condições, Correio da Manhã, 09/04/2020	24
16. Enfermeiros criticam normas do DGS, Correio da Manhã, 09/04/2020	25
17. Embraer - Fábricas a laborar, Correio da Manhã, 09/04/2020	26
18. Mais & menos, Correio da Manhã, 09/04/2020	27
19. Exames - Sindicato pede pequenos ajustes em dia decisivo para as escolas, i, 09/04/2020	28
20. Autoeuropa quer regresso gradual ao trabalho mas avança para layoff, i, 09/04/2020	29
21. Trabalho - Pandemia faz por dia 4 mil desempregados, Jornal de Notícias, 09/04/2020	30
22. Escolas - Costa atira decisão para o fim do mês, Jornal de Notícias, 09/04/2020	32
23. PCP denuncia que Sonafi prepara despedimento de 150 trabalhadores, Jornal de Notícias - Jornal de Notícias - Porto, 09/04/2020	35
24. 264 mil portugueses estão em risco de desemprego devido à pandemia, Jornal Económico (O), 09/04/2020	36
25. Sindicato propões adiamento do período de avaliações - Entrevista a Gonçalo Velho, Jornal Económico (O), 09/04/2020	39

26. Já há 900 mil portugueses a receber apoios do Estado, Negócios, 09/04/2020	40
27. Yilport está em Portugal "para ficar e investir", Negócios, 09/04/2020	42
28. Autoeuropa recorre ao layoff e trabalhadores recebem a 100%, Público, 09/04/2020	44
29. Hospitais contrataram 1400 profissionais de saúde desde o início da crise, Público, 09/04/2020	45
30. Aumentos da função pública: UGT admite rever, CGTP não, Público, 09/04/2020	47
31. O que fazer com os exames nacionais? Cancelar ou limitar matéria, dizem sindicatos, Público, 09/04/2020	49



IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19

# Turismo arrisca-se a perder 20 mil milhões

**ESTIMATIVA** ✪ Cancelamentos já levam hotelaria a estimar perdas acima dos mil milhões até junho  
**FÓRMULA** ✪ Cada euro a menos de exportações significa menos 76 cêntimos para a riqueza nacional

WILSON LEDO

**A** quebra no setor do turismo causada pela pandemia pode significar perdas de 20 mil milhões de euros, neste ano, para a economia portuguesa. O cálculo é possível através de uma fórmula divulgada ontem pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Uma quebra de 25% no turismo "conduziria a uma redução de 2,9% do PIB", o indicador que mede a riqueza produzida no País. Perante as perspetivas do setor para quebras na ordem dos 80%, a perda no PIB escala para os 9,3%. Considerando os dados do ano passado, são quase 20 mil milhões de euros.

O modelo económico do INE, que simula os efeitos de choque na economia nacional, assenta em dados relativos a 2017. Assim, o impacto real poderá ser ainda superior ao calculado, uma vez que o setor do turismo registou forte crescimento nos dois últimos anos.

O modelo permite ainda retirar conclusões sobre o impacto da pandemia nas exportações em geral (onde se inclui o turismo) e no consumo das famílias, que deverão abrandar perante a quebra de rendimentos e do clima de confiança. Por cada euro a menos de exportações, haverá uma quebra de 56 cêntimos no PIB. Já cada euro que as famílias deixam de gastar elimina 76 cêntimos ao indicador.

Os efeitos já se sentem na hotelaria, com oito em cada 10 hotéis a encerrar portas em abril e maio. A Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) estima perdas nas receitas que podem ir



As ruas estão desertas e sem turistas. Setor da hotelaria nacional estima quebras na ordem dos 80% este ano

dos 1280 aos 1440 milhões de euros até junho. São cerca de 13 milhões de noites canceladas. "Há reservas pendentes para maio e junho. Mas estão apenas

**CONSUMO DAS FAMÍLIAS SIGNIFICA 56 CÊNTIMOS NO PIB POR CADA EURO GASTO**

no papel e não de cair", explicou Cristina Siza Vieira.

Perante as reservas canceladas, o setor tem sugerido um reagendamento aos clientes. A AHP vai apresentar ao Governo uma proposta para que seja essa a regra, através de vales, por exemplo. ✪

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



## Mais de 51 mil trabalhadores na hotelaria em layoff

✪ A AHP estima que mais de 51 mil trabalhadores ficarão em layoff, o que representa 85% da força de trabalho efetiva do setor. Num inquérito, 94% dos hoteleiros dizem avançar para os apoios por paragem de atividade. Fora destes números ficam os milhares de trabalhado-



Negócios e lojas estão encerrados

res dispensados no período experimental ou que não chegaram a ser chamados para fazer face aos habituais picos de procura. ✪



INE vai enviar inquéritos a empresas

## Estudo semanal para medir impacto nas empresas

✪ O INE e o Banco de Portugal lançaram um inquérito semanal às empresas para medir o impacto da pandemia, considerando que a informação é "essencial para a tomada de decisões". O inquérito será de resposta rápida e avaliará aspetos como o volume de negócios, o número de trabalhadores ou o recurso aos apoios lançados pelo Governo. ✪

### PERDAS NA HOTELARIA

**EXPORTAÇÕES**  
Por cada euro a menos  
**-56 cêntimos no PIB**

**CONSUMO DAS FAMÍLIAS**  
Por cada euro a menos  
**-76 cêntimos no PIB**

**HOTELARIA**  
**8 em 10 empresas fecham** em abril e maio

**PERDAS ATÉ JUNHO**  
**1440 milhões de euros** perdidos (previsão)

**NOITES PERDIDAS**  
**13,1 milhões** até junho

**LAYOFF**  
**151 mil trabalhadores** da hotelaria são atingidos

**LINHAS DE CRÉDITO**  
**75%** dos hotéis recorreram ou pretendem recorrer

Fonte INE/Assoc. Hotelaria de Portugal



EM MARÇO E ABRIL,  
JOGADAS GRÁTIS 1000!  
SEMANAS INCRÍVEIS NO NOSSO CASINO. **JOGUE JÁ!**

BEBÉ SEM ROSTO  
**PROCESSO DO 'DR. HORROR' PARADO NA JUSTIÇA**

P.34

www.cmjornal.pt  
**CORREIO**  
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO  
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE  
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

AMADORA  
**PESSOAS ASSALTADAS NA FILA PARA A FARMÁCIA**

P.36

QUINTA-FEIRA 09/04/2020 | DIÁRIO | €1,20(C/IVA)



**RUI PINTO SAI DA CADEIA E COLABORA COM A JUDICIÁRIA** P.35

**ESPECIAL DE 28 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA** P.4 A 31 E 38

**PROFESSORA DE 40 ANOS MORRE APÓS QUEIXAS DA LINHA SNS 24**

**DOCENTES TEMEM REGRESSO ÀS AULAS**



<b>380</b>
<b>MORTOS</b>
<b>13 141</b>
<b>INFETADOS</b>
<b>196</b>
<b>CURADOS</b>

ÁUREA TINHA DOENÇA AUTOIMUNE E O MARIDO ESTÁ CONTAGIADO

**TRAVÃO À CIRCULAÇÃO ATÉ DIA 14**  
FORÇAS DE SEGURANÇA CONTROLAM ESTRADAS



**PERDÃO LIBERTA 2000 PRESOS**

**PINK FLOYD**

10ª ENTREGA HOJE NAS BANCAS MEDDLE POR APENAS 9,99€

VIDAS P.44 E 45  
**RONALDO DEIXA CLÁ EM PRÉDIO E MUDA DE CASA NA MADEIRA**

**GOLPE COM MBWAY P.37**  
Burlada ao vender um micro-ondas

**CRISE P.39**  
Turismo arrisca perder 20 mil milhões de euros

**CABECEIRAS DE BASTO P.48**  
PJ investiga morte em mina de água

**FAST & FURIOUS**

SÁBADO, DIA 11 POR APENAS **9,95€** + JORNAL

BRIAN'S TOYOTA SUPRA



# IPSS desesperam com aumento de 0,3% no apoio aos continuados



Instituições querem passar a funcionar como lar, mas dizem não ter resposta da Segurança Social

Alexandra Figueira  
afigueira@jn.pt

**ACORDO** O aumento de 0,3% na comparticipação do Estado aos cuidados continuados para 2020 está a deixar em desespero misericórdias e instituições particulares de solidariedade social (IPSS). Há anos que as organizações exigem atualizações que permitam fazer face a despesas como a subida do salário mínimo e dizem ser inevitável o fecho de camas. Na atualização do Compromisso de Cooperação com o setor social, publicado esta semana, os cuidados continuados ficaram de fora. O Governo tem remetido para a revisão do modelo de financiamento.

A asfíxia financeira tem-se agravado nos últimos anos, quando o salário mínimo disparou e o estado de saúde das pessoas acolhidas é cada vez mais complexo. No final de 2019, Manuel Lemos, da União das Misericórdias, dizia ao JN que a comparticipação teria que subir em janeiro, sob pena de haver "unidades a fechar". O mínimo, calculou, seria de "seis ou sete euros" por pessoa e dia.

Nas contas de José Bourdain, da Associação dos Cuidados Continuados (ANCC), o Estado deve às

instituições mais de um milhão de euros, relativos 2017 e 2018 [ler Fita do Tempo ao lado].

## "CUIDADOS DE MORTE"

A agravar as contas está o facto de lhes serem enviados doentes que deviam estar nos paliativos. Estão a transformar-se em "cuidados de morte", diz Isabel Beltrão, da ANCC, por causa da diferença na comparticipação paga pelo Estado, acredita Bourdain. Na longa duração, o Estado paga 62€ por utente (pode ser menos, mediante os recursos da família); nos paliativos, suporta todo o custo: 109€.

Em fevereiro, o Ministério da Saúde admitia "alguma prevalência de doentes com necessidades paliativas" nas unidades de longa duração e assegurava ter sido dada formação, de 90 horas, para "melhorar a abordagem paliativa realizada por esses profissionais". Além, disso, as equipas comunitárias de suporte ajudam as unidades com "os doentes com necessidades paliativas ai internados".

As medidas são positivas, diz Isabel Beltrão, mas são como "tapar o sol com a peneira".

A última atualização do valor da comparticipação foi publicada no início deste ano e determina um

aumento de 0,3%. Em fevereiro, os ministérios da Segurança Social e da Saúde enviaram uma resposta conjunta ao JN, onde se lê que essa é uma atualização "automática" que "decorre da inflação". E acrescentaram que estão previstas mudanças no funcionamento e financiamento dos cuidados continuados, que incluía "a complexidade dos utentes" e os "resultados obtidos" pelas instituições.

As mudanças serão decididas "mediante a criação de um grupo de trabalho interministerial" – promessa já feita em 2017. O JN voltou a questionar o Ministério da Segurança Social, mas não teve resposta em tempo útil.

Neste cenário, Manuel Lemos tem garantido haver misericórdias a planear o fecho da valência de cuidados continuados, para não pôr em perigo o resto da organização.

E José Bourdain tem associados que já pediram à Segurança Social a reconversão dos cuidados continuados em lares de terceira idade, mas que ficam sem resposta. "Queixam-se que a Segurança Social atrasa a apreciação dos processos, porque lhes interessa que continuem como cuidados continuados", diz Bourdain. ●

É antiga promessa de rever modelo de financiamento. Valor para 2020 força instituições a acumular prejuízos. Fechos à vista



## Fita do tempo

### — Agosto de 2015 —

Publicada portaria que sobe o valor das comparticipações do Estado à Rede Nacional de Cuidados Continuados, no valor da taxa da inflação.

### — Maio de 2017 —

Assinado o compromisso para a cooperação entre o Estado e o setor social, que prevê um reforço de 0,6% para os cuidados continuados e 2,1% para o resto da área social. Mas a subida entrou em vigor a 1 de dezembro. Em 11 meses, não houve qualquer atualização.

### — Abril de 2018 —

Assinada adenda ao compromisso para a cooperação, que dita uma subida de 2,2% "no ano de 2018". Mas, nesse ano, nenhuma portaria foi publicada – uma quebra da lei, que manda fazer atualizações anuais.

### — Janeiro de 2019 —

Uma portaria com preços para um só mês: a 14 de janeiro de 2019, o Governo concretiza o aumento, retroativo, só para dezembro de 2018. Os restantes 11 meses continuaram a ser pagos a preços de 2017.

### — Janeiro de 2019 —

No dia seguinte, 15 de janeiro de 2019, sai nova portaria. Desta vez, entra em vigor a 1 de janeiro. O aumento limita-se a acompanhar o valor da inflação, contada desde 2016.

### — Janeiro de 2020 —

Publicada portaria com atualização, a contar desde o primeiro dia de 2020. O aumento é de 0,3%.

## DEPOIMENTO



**Henriques da Silva**  
Diretor Centro Paroquial  
Abanca, Aveiro

O plano é pedir a reconversão em lar, mesmo sem apoio do Estado. Perder dinheiro todos os meses "não dá", diz José Henriques da Silva. Quase metade das 28 camas têm doentes em estado terminal, que deviam estar nos cuidados paliativos. "Não somos nós quem escolhe, recebemos quem nos mandam", conta. Com despesas acima das receitas, nem salários acima do mínimo pode pagar. Se nada mudar até ao outono, já decidiu que abandonará os cuidados continuados.



## Do lay-off para a agricultura

**REFORÇO** A ministra da Agricultura revelou que os trabalhadores em lay-off poderão vir a reforçar temporariamente o setor. Maria do Céu Albuquerque disse que o Governo está a preparar uma forma de “fazer face às eventuais dificuldades de mão de obra” na agricultura.



## Apoios aos média serão anunciados “em breve”

Ministra da Cultura garantiu ao JN que Governo mantém intenção de apresentar medidas

**IMPRESA** O Governo mantém-se empenhado em preparar um pacote de medidas especificamente para a Comunicação Social e tem a intenção de o anunciar “em breve”, garantiu a ministra da Cultura ao JN. O anúncio esteve para ser feito no início desta semana, mas o prazo parece agora ter-se dilatado: “Será esta semana ou na próxima”.

Sem querer detalhes, Graça Fonseca voltou a sublinhar que a sua equipa tem feito um “trabalho de identificação das particularidades” próprias de alguns dos setores abrangidos pela Cultura, “como o da Comunicação Social, que determinam que haja medidas de necessidade mais específica”, a somar às já definidas nos pacotes de medidas globais lançadas pelo Governo. Os apoios serão provavelmente discutidos no Conselho de Ministros marcado para hoje.

O primeiro-ministro, António Costa, tem afirmado desde o início da crise pandémica que “o acesso à informação é essencial à sociedade”. E o secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Média, Nuno Artur Silva, disse na semana passada que o Executivo estaria a preparar propostas para compensar a atual quebra de vendas e para ajudar na resolução da perda estrutural de receitas do setor.

A Plataforma de Média Pri-

vados, que representa os maiores grupos de comunicação nacionais (incluindo o Global Media Group, que detém o JN, entre outros), pediu um resgate de emergência para fazer face à perda de mais 50% das receitas. ●

MIGUEL CONDE COUTINHO

### POLEMICA

#### “A Bola” coloca jornalistas do Porto em lay-off

Os funcionários da delegação do Porto do jornal desportivo “A Bola” estão em lay-off desde o início da semana. A medida abrange 15 jornalistas, mas também fotógrafos, administrativos, gráficos e informáticos. “Os redatores do Porto estão em lay-off e os redatores de Lisboa estão em funções”, diz Luís Filipe Simões, jornalista de “A Bola” e membro da Direção do Sindicato dos Jornalistas. “Os critérios de seleção não são meus. A decisão foi tomada pelo Conselho de Administração e Chefia de Redação”, explica, ao JN, Vítor Serpa, diretor de “A Bola”. Ricardo Quaresma, chefe de Redação em Lisboa, preferiu não entrar em detalhes: “Não vou falar sobre o assunto. Tenho um jornal para fechar”, justificou. A.M.



Graça Fonseca identifica “particularidades” do setor

ENTREVISTA **LUÍS MIRA** Secretário-geral da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal

# “Ministério da Agricultura tem de desbloquear mil milhões de euros do PDR”

Intervenção de Bruxelas para controlar a descida dos preços de produtos é outra medida sugerida por Luís Mira para superar uma pandemia que garante não pôr em risco abastecimento de supermercados.

**NUNO MIGUEL SILVA**  
nmsilva@jornaleconomico.pt

A CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal defende a intervenção da Comissão Europeia na regulação de preços de produtos agrícolas no mercado comunitário, prevenindo uma descida que diz já se notar e que se vai acentuar pelo facto de a União Europeia ser excedentária neste setor, agravado pela inexistência de turistas e pelo fecho de fronteiras para exportações a nível global. Em entrevista ao Jornal Económico, Luís Mira, secretário-geral da CAP, pede que o Governo português sensibilize Bruxelas para a tomada dessa medida e requer também a antecipação dos pagamentos no âmbito da PAC - Política Agrícola Comum, de outubro para julho ou agosto, no valor de cerca de 300 a 400 milhões de euros, assim como a entrega de verbas contratualizadas com os empresários do setor para investimentos em modernização e inovação ao abrigo do PDR - Plano de Desenvolvimento Regional, no montante de cerca de mil milhões de euros. Luís Mira apela ainda ao pagamento direto de apoios financeiros ao setor, ao consumo de produtos nacionais e ao aproveitamento de mão-de-obra abrangida pela *lay-off* noutros setores de atividade para as colheitas manuais de produtos agrícolas, que se aproximam, como são o caso das produções de cerejas, frutos vermelhos, maçãs e peras. Mas o secretário-geral da CAP garante que o abastecimento de produtos alimentares não vai sofrer ruturas em Portugal. O setor agrícola emprega cerca de 115 mil funcionários diretos em Portugal, aos quais se acrescentam mais cerca de 500 mil em postos de trabalho indiretos.

**Como avalia as medidas e os apoios que o Governo já tomou para o setor da agricultura em Portugal como forma**

## de enfrentar o o impacto económico do coronavírus?

Em relação aos apoios para o setor da agricultura em Portugal, temos que dividi-los em dois grupos: os apoios comunitários e os apoios nacionais. É neste esforço que estamos concentrados, naquilo que poderá ajudar à chegada mais rápida de pagamentos diretos aos agricultores e às empresas do setor. Uma das questões essenciais é que os pagamentos no âmbito da PAC [Política Agrícola Comum] sejam antecipados. Que o Governo português diligencie junto das instâncias comunitárias que os pagamentos neste domínio sejam antecipados do mês de outubro para julho ou agosto.

## De que verbas estamos a falar?

Em média, em cada ano, os pagamentos devidos aos agricultores portugueses no âmbito da PAC rondam os 600 milhões. Esta antecipação de outubro para julho ou agosto abarca um montante entre cerca de 300 e cerca de 400 milhões de euros.

## E esse montante não irá criar mais um esforço acrescido sobre o Orçamento do Estado?

Não, porque não são verbas do Orçamento do Estado, são verbas co-

munitárias. A antecipação dos pagamentos poderá custar alguma coisa ao Estado português, mas é pouco. Segundo as estimativas da CAP, deverão ser mais 75 mil euros, calculando esses 300 milhões de euros a uma taxa de juro média de 0,9%.

## Que outras medidas defende a CAP?

Em segundo lugar, o Governo português pode facilitar um conjunto de regras, como por exemplo, ao nível dos pastoreios, Mas, mais importante do que isso, ao nível da União Europeia e da Comissão Europeia, espero que se esteja já a pensar a trabalhar, e já solicitámos à ministra da Agricultura que sensibilize nesse sentido, para que se apliquem mecanismos de intervenção no mercado face à quebra previsível de preços. Em produtos agrícolas, a Europa é exportadora, produz mais do que o que consome. Ainda por cima, nas últimas semanas, registou-se uma quebra drástica de turistas. Alguns países da União Europeia já deram sinais dessa quebra de preços. Portanto, com excesso de produtos nos mercados, sem muitas possibilidades de exportações, pois também os outros países fecharam as portas, prevê-se uma quebra forte de preços, o que deverá levar a Comissão Europeia a intervir. Com esta quebra de preços, há a necessidade de pôr em funcionamento mecanismos de intervenção, previstos na legislação comunitária, para travar essa tendência.

## E, a nível nacional, quais são as soluções que a CAP defende?

As medidas do Governo sobre o regime de *lay-off* não beneficiam o setor da agricultura na primeira hora, excepto as grandes empresas do setor. A regra é que tenham 60 dias de quebras superior a 40% na sua faturação. As pequenas e médias empresas do setor não aguentam esta pressão e fecham imediatamente. Esta é uma incerteza que ninguém pode resolver, quando

ninguém sabe ainda quando a situação vai voltar ao normal, mas que já sabemos que vai ser um processo lento. Mais que a questão relativa ao *lay-off*, o setor da agricultura nacional pretende que se possa empregar pessoas de outros setores que tenham sido afetados pelo *lay-off* e que sejam pagos os projetos já contratualizados no âmbito do PDR - Plano de Desenvolvimento Regional.

## De que é que estamos a falar?

Trata-se de projetos aprovados, já contratualizados, apresentados por agricultores e empresas do setor para investimentos em modernização e inovação nas suas infraestruturas. O Ministério da Agricultura tem de resolver este problema para desbloquear estas verbas.

## Qual o montante em causa?

Devemos estar a falar de cerca de mil milhões de euros. Parece que não, mas é equivalente a cerca de 0,5% do PIB [Produto Interno Bruto] português. Já andamos a apontar este problema ao Ministério da Agricultura desde o ano passado, ainda antes da Covid-19.

## Neste momento, quais são os segmentos da agricultura mais afetados pela pandemia?

Todas estas grandes medidas que referi beneficiariam todo o setor, porque toda a agricultura está a ser afetada. Mas os segmentos de produção do queijo, fresco e curado, das flores, da carne, do leite e do vinho, estão ou vão ser fortemente afetados. Por um lado, há uma tendência de excesso de produto. Por outro, há a questão da escassez da mão-de-obra. Na restauração, uma empresa, como um restaurante, fecha um mês ou dois. É muito complicado, mas podem tentar resolver a situação a partir daí. Na agricultura, não se pode fechar um mês. Perde-se a colheita ou perde-se a sementeira. No caso da colheita, perde-se a receita para um ano e perde-se o investimento que

já foi aplicado na terra. Nessa situação, os agricultores perdem um ano. Pior que isso, como lhe disse, já assumiram os custos nas terras, nos tratamentos, nas podas, etc. E esta situação repete-se em todas as culturas agrícolas.

## Então, como resolver a questão da mão-de-obra na agricultura nesta fase?

Primeiro, gostava de esclarecer, que ao contrário do que os sindicatos referem, uma coisa é trabalho precário, outra coisa completamente diferente é trabalho sazonal. Há culturas que só dão num determinado período. Eu também gostaria que uma cerejeira desse frutos todo o ano, mas isso não existe. Quem diz as cerejas, diz os morangos e outros frutos vermelhos. Por isso, a nossa proposta ao Governo no sentido das que já foram afetadas pelo *lay-off* noutros setores de atividade [ver edição do Jornal Económico na semana passada]. A cultura da cereja vai ser

“

Se cada português só consumisse produtos agrícolas nacionais, isso representaria milhares de milhões de euros para o setor agrícola nacional ao final de um ano

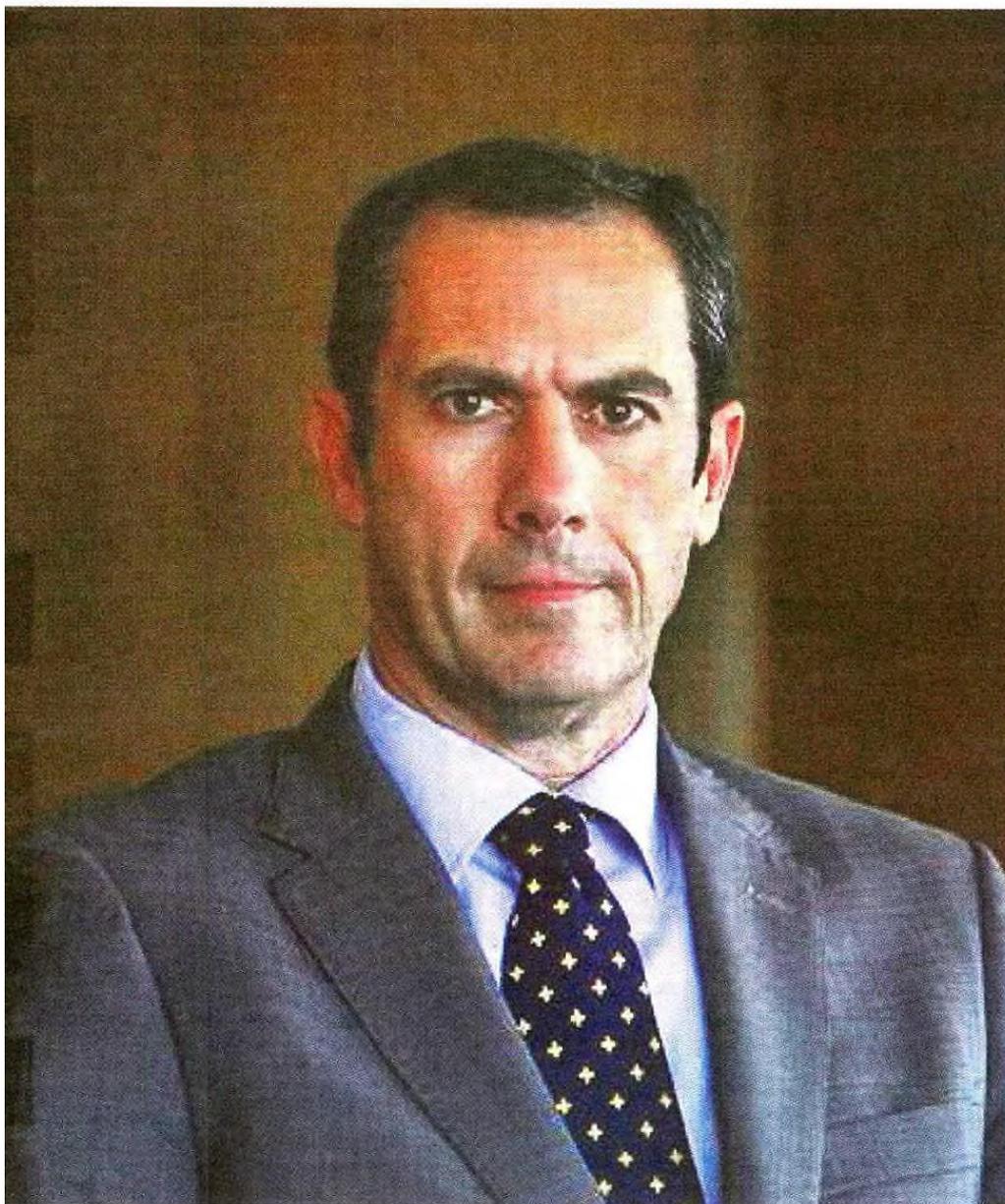


Foto: cadida

um caso crítico, daqui a três semanas ou um mês, pois a colheita é totalmente manual e o fruto não aguenta nada em frio. A seguir às cerejas será a altura da colheita das maçãs, das peras e da vinha, embora neste último caso haja algumas áreas de vinha já mecanizadas.

#### Como têm sido encaradas as propostas da CAP pelo Governo?

O Governo, através do Ministério da Agricultura tem tido bastante abertura. Repare que não estamos a falar de mais ajudas, mais apoios, mais dinheiro. É só haver vontade política. Sabemos que numa incerteza desta grandeza não é fácil tomar decisões. Todos gostaríamos de saber quando isto acaba. A prioridade é a vida das pessoas, mas também é preciso perceber que para viver é preciso saúde, mas também é preciso comer. Posso estar um mês sem ir à escola ou sem ir às compras, mas é impossível estar um mês sem comer.

#### E como é que a vossa confederação garante que existirá essa capacidade de abastecimento de produtos alimentares aos consumidores portugueses?

Neste momento de pandemia, a capacidade produtiva de alimentos tem de ser preservada. A União Europeia criou uma Política Agrícola Comum quando, a seguir à Segunda Guerra Mundial, não havia nada para comer. E fez isso muito bem, porque agora a União Europeia tem excedentes agrícolas. Mas só se não se destruir o tecido produtivo do setor. Por isso, também é importante que os consumidores nacionais optem cada vez mais por produtos portugueses. Se houvesse essa solidariedade e essa preferência pelos produtores agrícolas nacionais, se cada português só consumisse produtos agrícolas nacionais, isso representaria milhares de milhões de euros para o setor agrícola nacional ao final de um ano.

#### Mas há setores de produção em que não somos autossuficientes...

Sim, nos cereais, em que o norte da Europa tem mais condições para o cultivo. Mas como a União Europeia é excedentária e a Comissão Europeia criou um corredor verde para produtos alimentares, julgo que não haverá problemas de abastecimento. Quero tranquilizar os consumidores sobre isso. Até porque o canal HORECA [Hotelaria, Restauração, Cafeteria], que era um grande absorvente de produtos, está quase totalmente fechado neste momento. E, assim, a produção agroalimentar transferiu-se dos hotéis, dos restaurantes e das pastelarias para os supermercados. Foi o fecho do canal HORECA, assim como a obrigação das queijeiras terem de ir para casa tratar dos filhos que já não têm escola, que causou tantos problemas aos produtores de queijo fresco e curado em Portugal, por exemplo. ●



## AVENIDA DA LIBERDADE

# Os grupos de media vão ter de escolher entre cooperar ou morrer



**FILIPE ALVES**  
Diretor

Uma crise é um momento de decisões e escolhas. A palavra grega “*krisis*” significa isso mesmo: uma provação que nos obriga a fazer uma seleção do que é realmente importante e a decidir em conformidade. A crise tanto pode ser aquele momento decisivo em que se desfazem impérios, como em que se salvam. A crise pode ser o *Blitz* que enobrece um povo ou o *crash* que revela quem estava a nadar sem calções. O que está a acontecer no setor dos media nacional devido à crise da Covid-19 poderá ser uma coisa ou outra, dependendo do caminho que as empresas escolherem.

Já aqui falamos, nesta coluna, da necessidade de apoios estatais “cegos” ao setor dos media, numa altura em que os meios de comunicação social foram obrigados a reduzir ou mesmo suspender a atividade devido às medidas de contenção da pandemia que foram decretadas pelo Governo. Ao que tudo indica, essas medidas vão finalmente avançar e deverão ser conhecidas nos próximos dias, socorrendo um setor que enfrenta dificuldades sem precedentes, após a queda abrupta, de 50%, no investimento publicitário.

Porém, no longo prazo a salvação do jornalismo não virá do Estado mas sim das empresas e dos próprios jornalistas. E para tal há algo que os grupos de media devem fazer com urgência: cooperar em tudo aquilo que permita defender o jornalismo e reforçar a sustentabilidade do seu modelo de negócio.

Em primeiro lugar, através de iniciativas que permitam reforçar e distinguir o jornalismo de qualidade, como a adoção de uma carta de boas práticas que vá mais além da deontologia da profissão. Essa carta poderia estabelecer as regras para a citação de notícias de outros meios, de maneira a preservar o seu valor económico. Os jornalistas gostam muito de criticar a Google e o Facebook, mas esquecem-se de outros *players* que colocam em causa a sustentabilidade do setor, nomeadamente os jornais eletrónicos cujo

modelo de negócio assenta na publicação de conteúdos inspirados em materiais de terceiros. É aceitável resumir uma notícia em dois ou três parágrafos, mas não é correto pegar nesse material, extrair todo o seu valor noticioso e de seguida publicar um conteúdo “recauchutado”. Entretanto, o jornal que paga o salário ao jornalista que investigou a notícia viu o valor económico desta evaporar-se, ao ponto de poucos estarem dispostos a pagar por ela.

Embora banais, estas práticas podem configurar o crime de apropriação indevida e terão de terminar se queremos que o setor sobreviva. Mas isso só será possível se passar a existir uma auto-regulação eficaz, com um bom código de boas práticas que seja subscrito por todos os *players* relevantes e permita cobrir os infratores com uns simbólicos “algodão e penas” na praça pública. Para além, claro, de servir de tiro de partida para eventuais ações judiciais.

Em segundo lugar, os grupos de media precisam de uma estratégia comum em relação ao fecho dos conteúdos online, deixando de oferecer de graça algo que custa muito a produzir. Nenhuma sociedade moderna sobrevive sem informação que permita aos cidadãos e aos agentes económicos fazer escolhas esclarecidas. É aqui que reside o verdadeiro valor do jornalismo de qualidade e os grupos de media nacionais nem imaginam o poder que teriam se unissem esforços e falassem a uma só voz.

Imaginemos que todos os meios de âmbito nacional (que já não são muitos...) decidiam finalmente acabar com a informação gratuita e avançar com ações conjuntas contra quem infringisse os direitos de autor ou fizesse *dumping*. Poderiam de seguida negociar em conjunto com as agências de meios e com os grandes *players* tecnológicos que concentram o investimento publicitário, bem como desenvolver novas formas de monetizar os seus conteúdos. Continuariam, claro, a enfrentar a concorrência de sites internacionais e de *players* de menor dimensão, mas ainda assim poderiam construir modelos de negócio sustentáveis, pagar salários mais altos, atrair talento e fazer melhor jornalismo, servindo os leitores com a informação de que necessitam para tomar decisões. Mas haverá coragem suficiente para superar rivalidades antigas e ir contra os interesses instalados que beneficiam com a atual situação? ●

## ENSAIO

# Proteger trabalho, proteger rendimento... com RBI



ANDRÉ BARATA

Filósofo, Universidade da Beira Interior

**D**esejariamos uma desaceleração do ritmo económico e das vidas em geral nas sociedades contemporâneas, mas o que vivemos neste tempo de emergência é uma paragem repentina, não realmente uma desaceleração. Pelo contrário, esta paragem é apenas outra forma de acelerar, de pautar os nossos ritmos pela urgência da sobrevivência.

Diante desta paragem súbita de muitos sectores económicos, não só da produção, com fábricas fechadas, mas também de consumo, com serviços e oportunidades fechados, a destruição de emprego não é uma ameaça, mas já uma realidade, que exige a articulação de respostas. Nestes tempos, à semelhança da contenção do contágio do vírus, o esforço das políticas tem de ser o de aplanar a curva do desemprego. Para conter também esta curva é preciso políticas públicas que apoiem a economia, com almofadas que absorvam o impacto da paragem, com incentivos a adaptações que evitem a paragem, ou mesmo com iniciativa pública económica. Não há segredos. O pensamento que ocorre é o de um Plano Marshall.

Mas esta travagem descontrolada da economia é de tal ordem que exige desagregarem-se objectivos sociais. Nas nossas sociedades, proteger o trabalho continua a ser, sem grande dúvida, a principal forma de protecção do rendimento das pessoas. Mas, a par disto, é preciso que estes dois objectivos – proteger o trabalho e proteger o rendi-

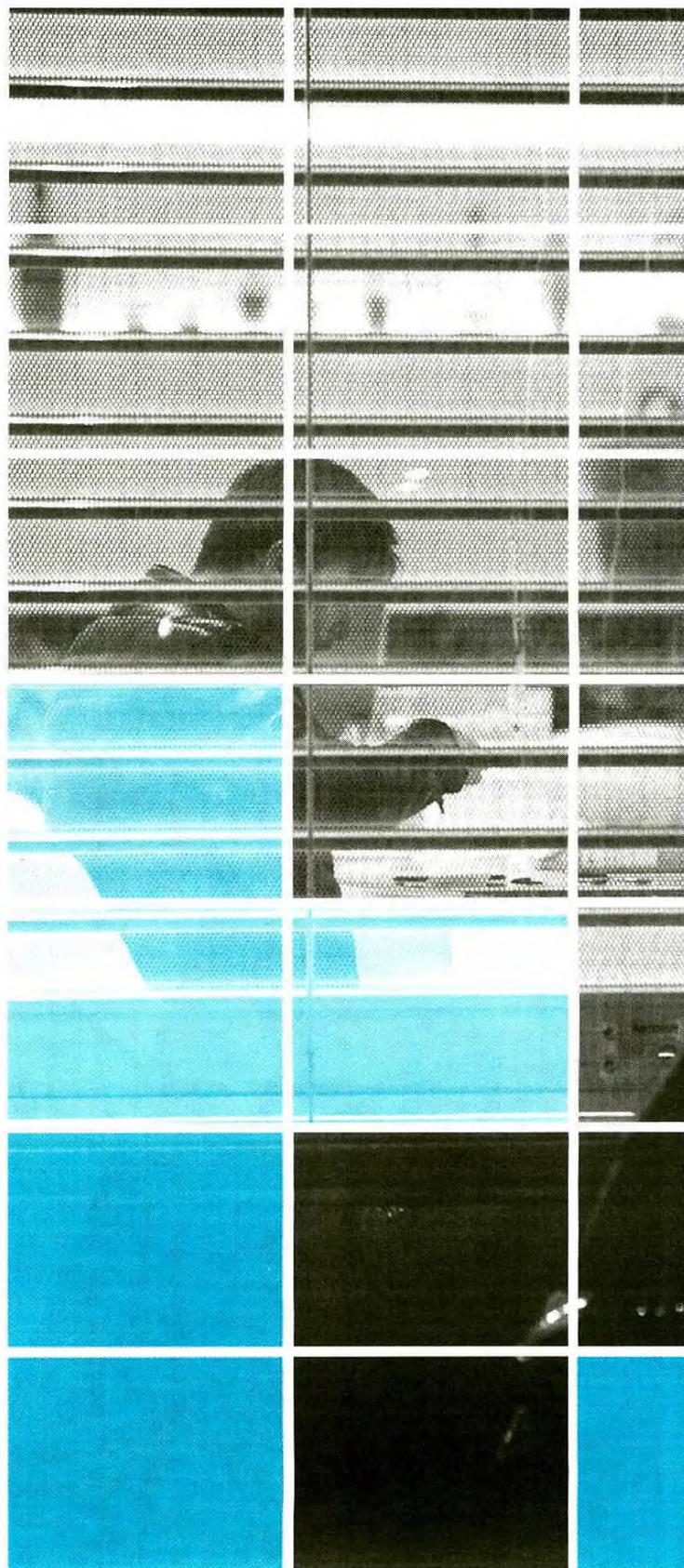
mento – deixem de ser condicionados um pelo outro. A situação de emergência exige esta mudança de perspectiva: proteger ambos, trabalho e rendimento, sem competição entre eles, será o melhor para ambos.

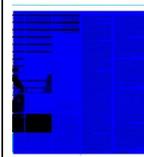
É possível proteger um nível decente de rendimento das pessoas independentemente do trabalho de que possam dispor, atribuindo-lhes um rendimento básico incondicional (RBI), ou de cidadania; e é possível proteger o trabalho das pessoas, que é um bem social a que todos têm direito, distribuindo-o de forma mais igualitária, trabalhando menos para que mais possam ter acesso a trabalho. Um rendimento básico pode alavancar uma jornada de trabalho com menos horas ou uma semana de trabalho como menos dias. Os dois objectivos serão mais alcançáveis se se conjugarem em vez de competirem entre si.

Esta mudança de perspectiva não valida um RBI à custa de uma destruição do valor social do trabalho, ao contrário do que muitos que o receiam e combatem pensam, sobretudo à esquerda – e que por isso o acusam como medida de direita, que não defende os interesses dos trabalhadores. O ponto a sublinhar é que o RBI pode e deve ser o oposto, libertando o que pode ser valioso no trabalho – a vida activa que realiza individual e socialmente as pessoas – do que faz dele apenas um instrumento de dominação – a necessidade de um rendimento de sobrevivência.

As economias basearem-se cada vez menos em produção laboral e o desejo de que as sociedades saibam aproveitar essa mudança para proporcionarem vidas com mais lazer é uma ordem de razões que, no futuro, deve colocar-se. Simplesmente, agora, no futuro que se precipitou e não no que nos espera, o que está em causa não é substituir trabalho por lazer, mas trabalho forçado, qualquer um, a troco de um salário de sobrevivência, por um trabalho mais abundante, que chegue para todos, e de que se dependa menos para sobreviver.

De acordo com esta perspectiva, o RBI, prestação financeira atribuída a cada pessoa apenas em virtude da sua cidadania, independentemente da formulação que assume concretamente num quadro de políticas públicas, é um instrumento robusto para garantir uma concepção mais digna do trabalho, como bem social. Ao tornar um nível de rendimento independente do trabalho, o





RBI está também a tornar um nível de trabalho independente do mercado. Desejavelmente, os bens sociais mais básicos devem estar desmercadorizados. Esta é a teoria para um RBI emancipatório.

Nestas semanas, sucedem-se as iniciativas e as petições de cidadãos e partidos, na Europa e em Portugal. Debates e impasses de décadas resolvem-se. Pela primeira vez vêem-se governos nacionais a congeminarem, de forma abrangente, a distribuição de dinheiro pelos cidadãos justificada apenas na sua cidadania. Espanha está a um passo disso. Quem sabe a Europa se resgata à volta de um programa comum de RBI?

No debate nacional, o que para muitos era uma impossibilidade aritmética torna-se um horizonte com sentido. A proposta de desviar, no quadro europeu, a verba de emergência de 870 mil milhões de euros para um subsídio para cada um dos cidadãos da UE daria pouco mais de uma centena de euros mensais a cada europeu. Em muitas famílias num quadro crítico de emergência, a multiplicação desse valor pelo número de membros do agregado familiar poderia ser salvador.

Entre isso e entregar a mesma verba ao sistema financeiro há efectivamente uma questão política importante. A diferença é que agora está mesmo em causa, de uma forma ou de outra, afectar um valor enorme. Há uma escolha a fazer.

O horizonte das aritméticas impossíveis que relegavam a ideia para as utopias irrealistas foi substituído pelo do realismo da necessidade. E nestas contas nem sequer estão a ser pensadas outras formas de financiamento. Uma mais avulsas, como impostos verdes, a obrigar a economia a suportar mais as suas externalidades negativas ambientais. Outras mais estruturais, especialmente a que decorreria de uma mudança que acabará por ter de ser enfrentada: como toda a economia paga impostos sobre o rendimento, toda a economia deve sobre esse mesmo rendimento pagar contribuição social. Mesmo quando não empregue um único trabalhador. É um lugar-comum dizer que a economia deve servir as pessoas e não o contrário. Pois não devemos parar de o repetir.

Contudo, quem defende um RBI emancipatório, e não de dominação social (distinção em que muitos temos insistido), não se pode auto-iludir com vitórias de Pirro. O RBI nunca é um fim em si mesmo, é somente um instrumento, cuja bondade social depende dos fins a que é dedicado. Por isso, mesmo neste quadro de emergência em que, subitamente, o RBI se torna uma ideia ganha, tudo está ainda por ganhar.

Se o seu propósito for apenas tornar aceitável uma população inactiva, ou se for colocar provisão pública a financiar indirectamente serviços privados desactivando serviços públicos, então o RBI estará apenas a servir à sobrevivência do paradigma de produção e consumo que precisamente tem de ser questionado.

É bom entender que esta é uma possibilidade tão real quanto um uso emancipatório do RBI. Essa é, aliás, uma questão política muito mais central do que saber se se alcança um RBI generoso em toda a sua extensão ou apenas uma sua versão parcelar. Na verdade, é até o contrário: estratégias impuras, parcelares ou de compromisso, com vista à implementação de um RBI são a melhor garantia de o manter no campo da mudança de paradigma. Dou três exemplos.

1. Um RBI pode ele próprio estar parcialmente distribuído em bens essenciais assegurados por serviços públicos ou, ao menos, por serviços que não concorrem com um serviço público. Um certo *plafond* de prestações mensais de água, electricidade, acesso à net, transportes públicos que teriam de ser pagas podem ser asseguradas pelo Estado. Dessa maneira, e de forma muito consequente, suprime-se o risco de a atribuição de um RBI servir para financiar prestações privadas concorrentes com os serviços públicos.

Note-se que não está, com isto, em causa obstaculizar a iniciativa privada, mas não fazer do RBI uma nova forma de *rent-seeking* do Estado, desviando recursos que fazem falta aos seus próprios serviços e desviando utentes para uma lógica de clientes. É fundamental que o RBI não sirva ao propósito liberal económico de minimização do Estado Social e seja concebido, pelo contrário, como uma extensão e aprofundamento do Estado Social.

2. Outra possibilidade a levar em consideração seria promover-se, em vez de um RBI fixo igual para todos os cidadãos, um RBI com variação de acordo com um critério etário. Ainda seria universal, igual para todos entre as mesmas idades, mas fazendo uma variação de acordo com maiores ou menores necessidades etárias. Por exemplo, estabelecer-se que até a maioridade os cidadãos beneficiariam apenas de uma fracção do RBI. Ou estabelecer-se que a partir da idade da reforma o RBI deve ser absorvido se um tecto de reforma for ultrapassado. E como estes dois exemplos, outros modelos podem ser implementados prevendo uma variação etária do RBI.

3. Finalmente, não se contradiz o princípio subjacente ao RBI se, sob robusto consenso social, se decidir que grandes fortunas dispensem receber esta prestação. Não porque sejam menos cidadãos, mas porque alcançariam, com o RBI, um benefício residual. Na verdade, esta seria a situação simétrica da actual, em que o direito ao RSI e a outras prestações sociais deixa o ónus ao cidadão, que tem de provar que é carenciado (a "prova de condição de recursos" da Segurança Social), com o preço da estigmatização, ou, ao menos, da cobrança da dívida social a pairar sobre a sua vida. Pelo contrário, aqui caberia o ónus ao Estado, que teria de definir um critério de grandes fortunas e em seguida identificá-las para as abster materialmente de fruir de um direito de que, em todo o caso, fruem formalmente.

Estas e outras possibilidades devem conjugar-se, variando geometrias, a partir de um bom domínio de políticas sociais, mas maximizando eficiência com vista à operacionalização de um RBI desenhado dentro de uma matriz liberal-igualitária, e capaz de responder ao desafio crucial de aprofundamento da social-democracia – inverter a tendência para o crescimento das desigualdades que se vem registando há décadas na economia de mercado global, seja nas economias nacionais pobres ou nas ricas, mesmo nas da OCDE, mesmo nas escandinavas que mais gostamos de exemplificar como modelo a seguir. ●

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

# ET CETERA

9 ABRIL 2020

Este caderno faz parte do Jornal Económico e não deve ser vendido separadamente



## SONDAGEM

**QUEM SÃO E EM QUEM VOTAM OS CLIENTES DOS BANCOS PORTUGUESES**

Alguns têm maior força entre os mais jovens, outro é dominante nos mais velhos, tal como há bancos tendencialmente mais masculinos ou femininos no que diz respeito aos depositantes. Mas os resultados de uma sondagem realizada pela Aximage para o Jornal Económico também revelam que há bancos "mais de direita", outros "mais de esquerda" e até um que sobressai nos eleitorados do CDS-PP e da CDU. **Páginas 6 e 7**

**ENSAIO** André Barata  
**Proteger trabalho, proteger rendimento... com RBI** P4 e 5

**ATUALIDADE**  
**Golfe e surf valem 900 milhões de euros. E depois da pandemia?** P8 e 9

#166



ID: 85889032

09-04-2020

# Independentes que reduziram descontos terão apoio mais baixo

**Quem optou por reduzir o rendimento sobre o qual incidem as contribuições em 25%, aproveitando a flexibilidade que a lei dá, verá agora essa redução refletida no apoio à paragem ou redução de atividade.**

**CATARINA ALMEIDA PEREIRA**  
catarinapereira@negocios.pt

**O**s trabalhadores independentes que optaram por reduzir em 25%, de forma fictícia, o rendimento sobre o qual incidem as contribuições, e que por isso descontaram menos, verão agora refletida essa diminuição no apoio que podem receber por redução ou suspensão de atividade, explicou ao Negócios fonte oficial do Ministério da Segurança Social (MTSS).

O esclarecimento responde a uma das dúvidas que surgiu depois da publicação do diploma que altera o enquadramento do novo apoio, na segunda-feira.

Um trabalhador independente pode ter um rendimento mensal médio de mil euros, mas no caso de prestação de serviços as contribuições incidem sobre 70% desse valor (700 euros). Adicionalmente, tem ainda a opção de aumentar ou reduzir esse valor até 25%, uma opção criada no ano passado para flexibilizar o valor dos descontos quando acabaram os escalões. No caso referido, com redução de 25% o valor sobre o qual incide a taxa (21,4%) baixa para 525 euros.

Qual será o valor que servirá de base ao cálculo do novo apoio? Mil euros, 700 euros ou 525 euros? A resposta do Governo chegou esta quarta-feira. "Num caso desses, a base de incidência seria 525 euros", esclareceu fonte oficial.

Há argumentos para defender que é lógico, tendo em conta que cria maior relação entre os descontos e o valor do apoio a atribuir, mas também há argumen-



A ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, publicou um novo diploma na segunda-feira, mas surgiram várias dúvidas.

## 439

**EUROS**

É o valor máximo a atribuir aos independentes com descontos sobre rendimentos inferiores a 658 euros.

tos em sentido contrário, uma vez que se trata de um apoio social e não contributivo, e que o apoio não é totalmente proporcional.

Depreende-se pela resposta do Governo que quem optou por descontar mais 25% também verá esse acréscimo refletido. Se a maioria das pessoas optou por uma redução de 25% o valor do apoio passa a em termos globais a ser mais baixo.

Certo é que a questão sobre o que constitui "o valor da remuneração registada como base de incidência contributiva" continuava a levantar muitas dúvidas na terça-feira. A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certifica-

dos, por exemplo, considerava que haveria margem para sustentar que o apoio seria calculado com base no valor intermédio (700 euros no exemplo referido).

O Governo também esclareceu que o valor que conta é a média das remunerações registadas na Segurança Social nos 12 meses anteriores ao pedido de ajuda, tendo em conta os meses em que houve descontos. A informação foi divulgada pelo Eco e entretanto confirmada pelo Executivo ao Negócios. Podem aceder ao apoio as pessoas que tenham pelo menos três meses seguidos ou seis interpolados de contribuições, no último ano.

## 635

**EUROS**

É o valor máximo do apoio a atribuir aos independentes com descontos sobre rendimentos iguais ou superiores a 658 euros.



### Como é calculado o apoio?

Esta era a peça que faltava para conseguir entender o cálculo do valor do apoio, que tal como já foi explicado esta semana vai afinal depender de dois escalões.

Sempre que o valor da remuneração registada como base de incidência contributiva for inferior a 658,22 euros (1,5 IAS), o apoio corresponde ao valor da remuneração registada como base de incidência, nos termos acima explicados, com o limite máximo de 438,81 euros. O diploma não fixa limites mínimos.

Já nos casos em que o valor da remuneração registada como base de incidência contributiva for igual ou superior a 658,22 euros (1,5 IAS), o apoio corresponde a “dois terços” do valor da remuneração registada como base da incidência contributiva, com o valor máximo de 635 euros (equivalente a um salário mínimo).

O apoio destina-se aos trabalhadores independentes que estejam numa de duas situações: ou “em situação comprovada de paragem total da sua atividade ou da atividade do respetivo setor” ou que apresentem “uma quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40 % da faturação” nos 30 dias anteriores ao pedido, face aos dois meses anteriores, face a período homólogo ou, nos casos em os descontos começaram a ser feitos há menos de um ano, face à média desse período.

Este apoio foi alargado aos sócios-gerentes que cumpram uma das condições, que não tenham trabalhadores e que tenham faturação declarada no e-fatura inferior a 60 mil euros por mês no ano anterior. Esta quinta-feira o Parlamento ainda discutia um eventual alargamento dos critérios. ■

# negócios

negocios.pt

## FIM DE SEMANA

Quinta-feira, 9 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4220 | € 2.90  
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

# Já há 900 mil portugueses a receber apoios do Estado

Entre lay-off, regime para independentes, subsídios para apoio à família e baixas por isolamento profilático, o número de pessoas a beneficiar das medidas extraordinárias no âmbito da pandemia caminha para um milhão.

PRIMEIRA LINHA 7

Miguel Baltazar



Entrevista a  
**Filipe Carreira da Silva**

**Uma criança que nasce agora vai viver num mundo muito diferente. Será a geração C**



**Família Caetano, do automóvel à aeronáutica**

**A ficção científica inventou a realidade dos dias que correm**

**Recibos verdes que reduziram descontos terão menos ajudas**

PRIMEIRA LINHA 6

**O puzzle que é preciso montar para sair da crise**

PRIMEIRA LINHA 4 e 5

**Imobiliário ainda acredita que preços não vão cair**

PRIMEIRA LINHA 10 e 11

**Futebol**  
**Pandemia põe em causa finanças dos clubes**

Perda de receita estimada supera os 300 milhões. Valor dos plantéis encolhe.

PRIMEIRA LINHA 14

**Comunicação social**  
**Media vão ter plano para "crise dentro da crise"**

PRIMEIRA LINHA 12 e 13

**Dívida pública**  
**Como ficará o "rating" depois da covid-19? É cedo para dizer**

MERCADOS 26 e 27

**ifthenpay**

Referências Multibanco para a sua Empresa  
www.ifthenpay.com



Publicidade



# Media vão ter plano de emergência para salvar “crise dentro da crise”

**O Ministério da Cultura está a ultimar um pacote de medidas de apoio à comunicação social. Numa altura em que a faturação da imprensa cai mais de 50%, alguns meios temem ser prejudicados por um plano que vai “tratar todos por igual”.**

ANA SANLEZ

anasanlez@negocios.pt

Quiosques fechados e anunciantes em fuga. A pandemia de covid-19 deixou a economia em suspensão e atirou a imprensa para uma crise de receitas. Desde que foi declarado o estado de emergência, as receitas das vendas em banca caíram cerca de 50%, em resultado do fecho de cerca de 25% dos postos de venda. Os cálculos são da Vasp, a maior distribuidora de jornais e revistas do país, e batem certo com as estimativas dos grupos de comunicação.

Segundo as contas de Luís Nazaré, diretor executivo da Plataforma de Media Privados (PMP), que reúne os grupos Cofina, Impresa, Global Media, Media Capital, Público e Renascença, as empresas viram nas últimas semanas a faturação cair entre 40% e 60%, em termos agregados. Para a imprensa escrita, que depende das vendas em banca, esta é “uma crise dentro de outra crise, a do papel, cujas vendas têm vindo a cair nos últimos anos”, aponta o porta-voz da PMP.

Face ao estado de emergência que se vive nas redações, não têm faltado apelos ao Governo para a adoção de medidas de apoio aos media, à semelhança do que já foi feito para outros setores, como o turismo ou a restauração.

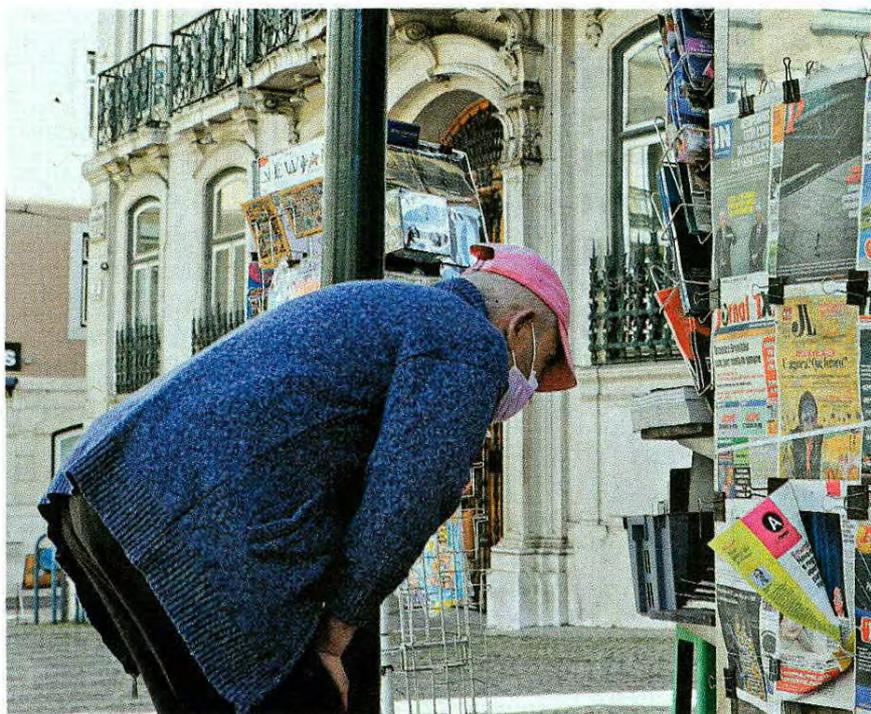
O pacote de ajudas está a ser ultimado pelo Ministério da Cultura, e deverá ser anunciado ainda esta semana, confirmou ao Negócios o ministério tutelado por Graça Fonseca. A Cultura está a finalizar os detalhes técnicos do plano, nomeadamente o período de referência da quebra de faturação, o índice dos apoios e a forma de re-

partição das ajudas.

Entre os grupos de media, cresce a preocupação quanto à forma dos apoios. “O problema do plano de emergência que está a ser preparado é que vai tratar tudo por igual, e o setor tem necessidades e fragilidades diferentes. É esse o risco de uma medida igualitária, que não vai agradar a todos. Vai haver uma mediana”, diz a Sofia Branco, presidente do Sindicato dos Jornalistas (SJ). A responsável lembra que o financiamento dos meios de comunicação está a ser debatido com o Governo desde dezembro, e que o secretário de Estado, Nuno Artur Silva, “tem desde essa altura uma lista de propostas em cima da mesa”. A pandemia veio agravar o que já era grave, sublinha Sofia Branco, “e o plano de emergência que vai ser apresentado não vai chegar”.

Em cima da mesa do Governo estará um plano que tem por base a quebra de receitas publicitárias, diz Afonso Camões, administrador do Global Media Group. “O pacote, como está neste momento, é feito à medida das televisões, porque não tem em conta a circulação dos jornais e revistas, os meios mais prejudicados com a crise de saúde e económica que estamos a viver”, destaca o responsável do grupo que detém títulos como o Diário de Notícias ou a TSF. Também Luís Santana, administrador do grupo Cofina, que detém o Negócios, salienta que dar o benefício à perda de receitas publicitárias é “muito preocupante para os meios em geral e para a imprensa escrita em particular”, já que os grupos com maior exposição ao papel “voltam a ser discriminados e prejudicados, criando-se uma situação de injustiça”.

Se não forem tomadas medidas de fundo, aponta o responsável, restam “poucas dúvidas de que os meios muito expostos ao papel es-



As vendas de jornais em banca estão em queda com o confinamento dos portugueses.

tão ameaçados. Mesmo aqueles que estão mais bem preparados, como é o caso da Cofina”.

O gestor lembra ainda que a crise na imprensa se estende à distri-

“

**As subscrições digitais estão a aumentar, porque as pessoas estão mais em casa e precisam de informação.**

LUÍS NAZARÉ

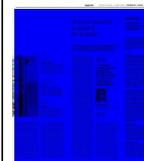
Diretor executivo da PMP

buição, “a última linha na nossa cadeia e que também está ameaçada”. A Vasp, que é neste momento a única distribuidora em Portugal, “tem a sua atividade ameaçada”, revela.

Para Luís Nazaré, mais do que nunca “os meios têm de fazer tudo o que está ao seu alcance para lutar pela sobrevivência”. Nas últimas semanas, as empresas do setor têm-se desdobrado em iniciativas para atrair leitores e captar assinantes. O diretor da PMP assegura que “já existem dados suficientes para afirmar que as subscrições digitais estão a aumentar, porque as pessoas estão mais em casa e precisam de informação”. Com o país em confinamento, ganham as edições digi-

tais, que nas últimas semanas bateram recordes. Segundo dados da Marktest, as “pageviews” dos sites de informação nacionais dispararam 78% entre 16 e 22 de março, em comparação com a média registada desde janeiro. O número de páginas vistas saltou de menos de 90 milhões para mais de 160 milhões.

Para sites de informação generalistas como o Correio da Manhã, Observador ou Público, março foi um mês de máximos absolutos, e no caso do diário do grupo Sonae, “de um crescimento acentuado do número de assinantes”. Também o jornal Expresso sentiu “um forte aumento em assinaturas digitais e em papel, e na estabilização das



# Jornais querem anúncios do Estado

Isenção de impostos, ajuda para pagar energia ou a “contratação massiva de espaço publicitário” são algumas das soluções propostas.



Miguel Baltazar

32

**TELEVISÃO**

Consumo de televisão em Portugal na semana de 30 de março a 4 de abril subiu 32%.

160

**SITES**

Os sites de informação contabilizaram 160 milhões de “pageviews” entre 16 e 22 de março.

50

**JORNAIS**

A quebra das vendas de jornais e revistas em banca terá sido de 50% nas últimas semanas.

vendas em banca, mesmo com o encerramento de milhares de pontos de venda”. No entanto, a subida “não compensa a queda brutal nas receitas publicitárias”, destaca fonte do grupo Impresa.

No Jornal Económico (JE), o recorde de visitas não evitou que o semanário entrasse esta semana em lay-off simplificado. O jornal da Megafin foi, a par com o diário desportivo A Bola, o primeiro meio de comunicação nacional a anunciar a adesão ao regime. Enquanto A Bola vai enviar cerca de 50 trabalhadores para casa, o JE optou por adotar uma semana de trabalho de quatro dias para 42 funcionários, me-

diante um corte salarial de 25%.

Uma medida “preventiva”, explica o diretor do JE, tomada “antes que surgissem dificuldades de liquidez”. Segundo Filipe Alves, recorrendo de imediato ao lay-off, o jornal vai conseguir não só “assegurar a manutenção de todos os postos de trabalho”, como evitar a adoção de mais medidas de controlo de custos no futuro. A presidente do SJ acredita que o recurso ao lay-off “vai acontecer em mais meios”, chamando a atenção para a situação da imprensa regional e local, onde há “jornais que já fecharam, suspenderam as publicações e mandaram pessoas para casa”. ■

Para Luis Nazaré, o Governo dos Açores foi o primeiro a “dar o exemplo”. O executivo regional do arquipélago anunciou na semana passada um pacote de medidas de apoio à imprensa das ilhas, que se compromete a pagar aos trabalhadores das publicações “90% do salário mínimo da região em março e abril”.

Um sinal de apoio que a Plataforma de Media Privados (PMP) quer ver replicado em toda a imprensa nacional. No final de março, a plataforma fez chegar ao Governo uma lista de 14 propostas, com vista a amenizar os efeitos da pandemia no setor. A plataforma, que reúne os grupos Cofina, Impresa, Global Media, Media Capital, Público e Renascença, apela ao apoio “urgente” do Estado sob a forma de moratórias bancárias, linhas de crédito e cortes na taxa social única (TSU).

Uma das medidas defendidas pela PMP vai ser posta em prática no Canadá, e passa pela “contratação massiva de espaço publicitário a preços de tabela” por parte do Estado. Luis Nazaré acredita que este é um mecanismo “eficaz e justo”, que permite injetar liquidez imediata nas empresas e compensar a quebra das receitas publicitárias, ao mesmo tempo que o Estado divulga informação “organizada e necessária” sobre campanhas em curso. A plataforma apela ainda à “regularização urgente dos créditos com empresas de media” e à “eliminação das taxas à ERC e à Anacom até ao final de 2020”. Defende também a “aplicação de taxa 0 no IVA” nas assinaturas das edições digitais das publicações e nos “serviços associados” à distribuição de jornais e revistas.

A PMP não foi a única asso-

“

**A contratação massiva de espaço publicitário a preços de tabela por parte do Estado é um mecanismo eficaz e justo e permite injetar liquidez imediata.**

**LUÍS NAZARÉ**

Diretor executivo da Plataforma de Media Privados

”

ciação do setor a bater à porta do Governo com propostas para ajudar os meios a equilibrar as contas. A Confederação dos Meios de Comunicação Social, que tem como associadas a RTP e a Associação Portuguesa de Radiodifusão, compilou nove propostas “com caráter extraordinário, temporário e transitório”. Defende, por exemplo, o “apoio de 50% dos gastos mensais com energia elétrica e com telecomunicações” e a ajuda a “pequenas empresas cuja faturação tenha caído mais de 30%”, para que possam receber do Estado “até 75% da faturação perdida”. ■ AS

**INICIATIVAS**

## Conquista de leitores com promoções

Descontos nas assinaturas, oferta das edições digitais e entregas ao domicílio sem custos são algumas das estratégias que as publicações impressas estão a adotar durante a pandemia.

**PORTES DE ENTREGA**

Para que o fecho das bancas não impeça o acesso à informação, a Cofina possibilita aos leitores do Negócios a entrega ao domicílio sem custos e um desconto de 38% para as novas assinaturas mensais. A iniciativa “Fique em casa, nós levamos-lhe o jornal” estende-se ao Record. Por 0,74 euros por dia os leitores têm acesso antecipado à edição digital diária e acesso ilimitado aos conteúdos premium. Na Sábado o valor, por edição, é 2,39 euros, com acesso ao premium.

**ENTREGAS EM CASA**

O grupo Impresa está a possibilitar aos leitores de Lisboa e do Porto a entrega gratuita da edição impressa do jornal Expresso. O mesmo acontece com os jornais i e Sol. Noutros grupos, a opção passa por disponibilizar sem custos as edições digitais semanais, como no Jornal Económico, numa iniciativa que se estenderá por cinco semanas, e da Time Out, que vai manter a revista digital com acesso livre “por tempo indefinido”, suspendendo a edição impressa.

**DESCONTOS**

A Trust in News, que detém publicações como a Visão ou a Exame, criou um pacote especial com acesso à versão digital de nove publicações por 9,9 euros, um desconto de 57% face ao preço habitual e vigora dois meses.

**ACESSO LIVRE**

O jornal digital Observador optou por abrir os conteúdos relacionados com a covid-19, tal como o jornal Público. Ao valor das assinaturas premium do Observador foi aplicado um desconto de cerca de 16%.

# negócios

negocios.pt

## FIM DE SEMANA

Quinta-feira, 9 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4220 | € 2.90  
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

# Já há 900 mil portugueses a receber apoios do Estado

Entre lay-off, regime para independentes, subsídios para apoio à família e baixas por isolamento profilático, o número de pessoas a beneficiar das medidas extraordinárias no âmbito da pandemia caminha para um milhão.

PRIMEIRA LINHA 7

Miguel Baltazar



Entrevista a  
**Filipe Carreira da Silva**

**Uma criança que nasce agora vai viver num mundo muito diferente. Será a geração C**

Weekend  
negócios  
**W**



**Família Caetano, do automóvel à aeronáutica**

**A ficção científica inventou a realidade dos dias que correm**

**Recibos verdes que reduziram descontos terão menos ajudas**

PRIMEIRA LINHA 6

**O puzzle que é preciso montar para sair da crise**

PRIMEIRA LINHA 4 e 5

**Imobiliário ainda acredita que preços não vão cair**

PRIMEIRA LINHA 10 e 11

**Futebol**  
**Pandemia põe em causa finanças dos clubes**

Perda de receita estimada supera os 300 milhões. Valor dos plantéis encolhe.

PRIMEIRA LINHA 14

**Comunicação social**  
**Media vão ter plano para "crise dentro da crise"**

PRIMEIRA LINHA 12 e 13

**Dívida pública**  
**Como ficará o "rating" depois da covid-19? É cedo para dizer**

MERCADOS 26 e 27

**ifthenpay**

Referências Multibanco para a sua Empresa  
www.ifthenpay.com



Publicidade

**Trabalhadores em *layoff*  
poderão ir para a agricultura**

Governo está empenhado na actualização das medidas excepcionais e os trabalhadores em regime de *layoff* poderão suprir a falta de mão-de-obra do sector, avançou ontem a ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque.



# Se uma penhora não for suspensa, a falha deve ser exposta ao fisco

Pedro Crisóstomo

**A** pesar de as penhoras por dívidas ao fisco e à Segurança Social estarem suspensas até ao final de Junho por causa da pandemia da covid-19, o travão não foi automático para todos.

Não é claro se o problema afecta muitos ou poucos contribuintes, mas, neste mês de Abril, já houve quem verificasse que a reforma paga pela Segurança Social continuou a ser penhorada por dívidas ao fisco. A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) explica que os eventuais casos devem ser reportados ao fisco para a avaliação do que se passou.

À luz de um diploma do Governo, os salários ou as pensões a pagar em Abril, Maio e Junho deveriam ser recebidos por inteiro, porque o executivo decidiu que “quaisquer actos a realizar em sede de processo executivo” ficam suspensos até à cessação da situação excepcional de contenção do novo coronavírus. Isso inclui não só a suspensão das vendas de casas ou carros penhorados, mas também a paragem excepcional das cobranças das dívidas por penhora de contas bancárias, rendimentos,

salários, pensões, quotas em sociedades ou em quaisquer outros bens que estavam até aí a ser penhorados.

## Entre Segurança Social e AT

No entanto, nem todas as suspensões foram automáticas. Foi o que se passou, por exemplo, com um cidadão reformado, morador em Oeiras, sobre quem recaía desde Novembro uma penhora mandada executar por um serviço de Finanças desse concelho. Este pensionista apercebeu-se de que a pensão que lhe foi paga esta semana pelo Centro Nacional de Pensões da Segurança Social continuava a descontar o valor, tal como acontecia antes.

Sabendo que o Governo tinha decidido a suspensão dos processos de execução, procurou saber junto dos serviços da Segurança Social e da administração fiscal o que se passava, para tentar ser ressarcido do valor penhorado indevidamente neste primeiro mês de excepção. Afinal, o que se passara? Na Segurança Social, começaram por lhe responder – de acordo com a troca de *emails* a que o PÚBLICO teve acesso – que a lei não previa a suspensão das penhoras em curso ordenadas pela AT e que, em todo o caso, tal como compete à administração fiscal ordenar a penho-

ra por ser a AT a entidade credora dessa dívida, também caberia a essa entidade ordenar a suspensão – o que não acontecera no seu caso. E terminava dizendo que qualquer reclamação deveria ser dirigida ao serviço de Finanças competente. O contribuinte entra em contacto com a AT através do centro de atendimento telefónico e, do lado da administração fiscal, dizem-lhe que a aplicação da lei caberia automaticamente, por obrigação e inerência, à entidade pagadora, ou seja, à Segurança Social.

Entretanto, o caso voltava a ser analisado pelos serviços da Segurança Social, onde no núcleo de apoio jurídico concluem que, afinal, da lei parece resultar que deveria existir a suspensão da penhora e que, por essa razão, os serviços iriam reportar a situação à autoridade tributária. O contribuinte decidira, pelo meio, contactar de novo a AT através do e-balcão, onde no mesmo dia é informado de que, para resolver a situação, deveria enviar requerimento para o serviço de Finanças onde corre o processo de execução fiscal.

Questionada pelo PÚBLICO sobre situações de contribuintes que continuaram a ser penhorados, a Autoridade Tributária e Aduaneira sublinhou que “a suspensão dos processos executivos determinou a suspensão da prática de actos, pelo que desde então não se verificam penhoras” e “qualquer alegação de situação contrária deve ser exposta à AT para avaliação”.

O PÚBLICO procurou obter uma explicação da Segurança Social, mas não obteve resposta em tempo útil. De acordo com o diploma do Governo, todos os processos de execução fiscal ficam automaticamente suspensos até à cessação da situação excepcional, explica o advogado Armando M. Oliveira, especialista em direito fiscal da Aventino & Associados. Isto traduz-se na “inexistência de efeitos na esfera do contribuinte até 30 de Junho”.



Pensões a pagar em Abril, Maio e Junho deveriam ser por inteiro

pedro.crisostomo@publico.pt

## ORESPEITINHONÃOÉBONITO

# Meter as pessoas dentro de casa foi fácil. E tirá-las?



**João Miguel Tavares**

**S**ituação número 1: “Vá para casa! – Não vou!” Situação número 2: “Saia de casa! – Não quero!” Até ao momento, o estado de emergência foi decretado em Portugal para fazer face à situação número 1. De um modo geral, está a ser bastante eficaz. Os portugueses foram para casa e mantêm-se em casa. Vai ser interessante verificar se o estado de emergência terá também de ser decretado para fazer face à situação número 2. Ou seja, apurar até que ponto as pessoas que abraçaram com grande empenho as medidas de contingência estarão agora disponíveis para voltar a trabalhar a partir de Maio, quando o vírus estiver ainda a circular nas nossas ruas e a ameaçar as nossas vidas. Esse vai ser o novo grande desafio do Governo – e é bem possível que seja ainda mais árduo do que o primeiro. António Costa estará obrigado, muito em breve, a

enfrentar em simultâneo a pandemia do vírus e a pandemia do medo do vírus, que afecta imensa gente, e com boas razões.

Querem um exemplo concreto de uma profissão cuja mobilização pode revelar-se complicada, se as coisas não forem bem feitas? Os professores. Ao longo dos anos já tive a minha dose de conflitos com Mário Nogueira e a classe que ele representa, mas até ao momento ninguém me ouviu dizer uma palavra sobre *layoffs* na função pública, e muito menos entre a classe docente. Se precisamos de um Estado a todo o vapor é agora – e os professores têm feito a sua parte. Como sabem, tenho quatro filhos no ensino público, em graus muito diferentes de escolaridade, e sou testemunha privilegiada da dedicação que os seus professores têm demonstrado nas últimas semanas. A criticá-los por alguma coisa, é por excesso de empenho (demasiados trabalhos para miúdos que estão fechados em casa), não por falta. Mas será que esse empenho continuará em Maio, em Junho e pelo Verão adentro, se for preciso prolongar o tempo de aulas, com o vírus por aí à solta?

Confesso algum cepticismo. António Costa terá de colocar em



PAULO PIMENTA

“  
**Se as escolas reabrirem em Maio, como espero, ainda que só para alunos do secundário, o Governo terá de dar garantias muito sérias de protecção aos docentes**

campo as suas mais poderosas habilidades negociais, se não quiser acabar a pedinchar a Marcelo mais um estadozinho de excepção. Não só não será nada fácil lidar com os sindicatos, como tenho muitas dúvidas de que uma classe tão envelhecida como a dos professores esteja com grande disposição para voltar a aglomerar-se em salas com 30 miúdos para sessões de hora e meia. Se as escolas reabrirem em Maio, como espero, ainda que só para alunos do secundário, o Governo terá de dar garantias

muito sérias de protecção aos docentes, e veremos até que ponto elas serão suficientes para as aulas se desenrolarem sem perturbações.

A boa notícia é que Costa há muito que sabe disto. Se bem se recordam, na primeira entrevista que ele deu no período pós-contingência (SIC, 16 de Março), apontou Maio como o mês em que a curva de novos casos de contaminação iria começar a descer (aparentemente, uma boa previsão), e afirmou que nessa altura poderia vir a ser necessário adoptar “meios legais para obrigar as empresas a funcionar” e “fazer requisição civil de determinadas pessoas em certas profissões que não estejam a trabalhar”. Costa usou mesmo a expressão “situações inversas” às do presente, admitindo que num futuro estado de emergência, com a diminuição (nas não a anulação) do risco de contágio, poderia vir a ser necessário requisitar pessoas para a economia não entrar em colapso e o Estado continuar a cumprir as suas funções básicas. O medo é óptimo para fechar portas. Mas péssimo para as reabrir.

**Jornalista**  
jmtavares@outlook.com



JUNIO BORTOLINI

**Fábrica de Palmela diz que não haverá redução salarial no layoff**

## Autoeuropa regressa ao trabalho mas vai recorrer ao layoff

☛ A Autoeuropa quer promover um regresso gradual ao trabalho a partir de 20 de abril, mas pretende recorrer ao novo layoff para trabalhadores que não regressem ao trabalho nessa data, revelou a Comissão de Trabalhadores. “Inicialmente sem turno da noite, a funcionar de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira sob aplicação do regime de layoff simplificado (decreto-lei n.º 10-G/2020)”, referem os trabalhadores. ●



TEMEM CONTÁGIO

# Professores com medo de voltarem às escolas

**PANDEMIA** ♦ Sindicatos alegam que não há condições nem para início de aulas em maio nem para exames. Avaliação terá de ser especial **RISCO** ♦ Há milhares de professores que não podem dar aulas presenciais por motivos de saúde e idade avançada

JOÃO SARAMAGO

**O**s professores estão assustados com a possibilidade de o Governo anunciar hoje o recomeço das aulas para o próximo mês, período em que a pandemia de Covid-19 continuará ativa no nosso País. O quadro docente está envelhecido, sendo que 63 mil professores têm mais de 50 anos. Correm mais riscos de infeção.

“Não há condições para avançar. Teremos de continuar com o trabalho à distância”, disse ontem ao CM o secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira, no final de uma reunião no Ministério da Educação. “Mesmo com aulas presenciais, há milhares de professores que não poderão regressar às escolas por integrarem grupos de risco, por idade avançada ou doença crónicas”, acrescentou.

Também o secretário-geral da Federação Nacional de Educação, João Dias da Silva, referiu que o anúncio do recomeço das aulas presenciais em maio “assusta a comunidade educativa, e os professores em particular”. João Dias da Silva adiantou que “não devem realizar-se nem as provas de aferição nem os exames de 9º ano, e também não deveriam reavaliar-se os exames do 11º e do 12º anos”, acrescentando que “as avaliações terão de ser especiais”.

O medo atinge também o coordenador do Sindicato de Todos os Professores (STOP), André Pestana, que recorda a morte de pelo menos dois professores com Covid-19, em Ma-



Regresso às escolas em plena pandemia levará a que milhares de professores não possam estar presentes por integrarem grupos de risco

tosinhos e Portimão. Alerta que a “estabilidade emocional atinge também os alunos”. “Muitos estão em casa, com os pais e os avós. Há medo de que no regresso às aulas haja um aumento do risco de levar a doença para casa”, disse. Jorge Ascensão, presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, diz que “não parece viável apontar uma data concreta” para a reabertura das escolas. ♦

**PAISENDEM QUE NÃO É VIÁVEL APONTAR UMA DATA CONCRETA**

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



## PROFESSORES EM PORTUGAL

### 1º CICLO

IDADE MÉDIA **47 anos**  
Nº DE PROFESSORES **27 430**

COM MAIS DE 50 ANOS  
**10 313 37,6%**

### PRÉ-ESCOLAR

IDADE MÉDIA **50 anos**  
Nº DE PROFESSORES **14 802**

COM MAIS DE 50 ANOS  
**7608 51,4%**



**2º CICLO**  
IDADE MÉDIA **50 anos**  
Nº DE PROFESSORES **22 118**

COM MAIS DE 50 ANOS  
**11 457 51,8%**

**3º CICLO E SECUNDÁRIO**  
IDADE MÉDIA **49 anos**  
Nº DE PROFESSORES **71 571**

COM MAIS DE 50 ANOS  
**34 354 48%**

Fonte: Perfil do docente 2017/2018, Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência



**EM MARÇO E ABRIL, JOGADAS GRÁTIS 1000!**  
SEMANAS INCRÍVEIS NO NOSSO CASINO. **JOGUE JÁ!**

**BEBÉ SEM ROSTO**  
**PROCESSO DO 'DR. HORROR' PARADO NA JUSTIÇA**

P.34

www.cmjornal.pt

**CORREIO**  
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO  
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE  
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

**AMADORA**  
**PESSOAS ASSALTADAS NA FILA PARA A FARMÁCIA**

P.36

QUINTA-FEIRA 09/04/2020 | DIÁRIO | €1,20(C/IVA)



**RUI PINTO SAI DA CADEIA E COLABORA COM A JUDICIÁRIA** P.35

**ESPECIAL DE 28 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA** P.4 A 31 E 38

**PROFESSORA DE 40 ANOS MORRE APÓS QUEIXAS DA LINHA SNS 24**

**DOCENTES TEMEM REGRESSO ÀS AULAS**



**380 MORTOS**  
**13 141 INFETADOS**  
**196 CURADOS**

**ÁUREA TINHA DOENÇA AUTOIMUNE E O MARIDO ESTÁ CONTAGIADO**

**TRAVÃO À CIRCULAÇÃO ATÉ DIA 14**  
FORÇAS DE SEGURANÇA CONTROLAM ESTRADAS



**PERDÃO LIBERTA 2000 PRESOS**

**PINK FLOYD**

10ª ENTREGA HOJE NAS BANCAS MEDDLE POR APENAS 9,99€

**VIDAS P.44 E 45**  
**RONALDO DEIXA CLÁ EM PRÉDIO E MUDA DE CASA NA MADEIRA**

**GOLPE COM MBWAY P.37**  
**Burlada ao vender um micro-ondas**

**CRISE P.39**  
**Turismo arrisca perder 20 mil milhões de euros**

**CABECEIRAS DE BASTO P.48**  
**PJ investiga morte em mina de água**

**FAST & FURIOUS**

**SÁBADO, DIA 11**  
POR APENAS **9,95€** + JORNAL

**BRIAN'S TOYOTA SUPRA**



## PRISÕES



### Falta de condições

O Sindicato Independente dos Médicos questionou a ministra da Justiça quanto às condições existentes no Hospital Prisional de São João de Deus (em Caxias) contra o contágio entre a população prisional, que põe também em risco os profissionais de saúde. O sindicato exige material de proteção adequado e a implementação de medidas de transporte adequado de doentes.



## ENFERMEIROS CRITICAM NORMAS DA DGS

☐ O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses diz "que as normas da DGS, na sua generalidade, excluem o papel fundamental dos enfermeiros e das suas competências no combate à pandemia". ●

**EMBRAER | FÁBRICAS A LABORAR**

**A**s duas fábricas de Évora da Embraer "continuam em produção", apesar de a construtora aeronáutica ter trabalhadores em teletrabalho e outros em férias, como resposta à pandemia de Covid-19, segundo a empresa e fonte sindical.

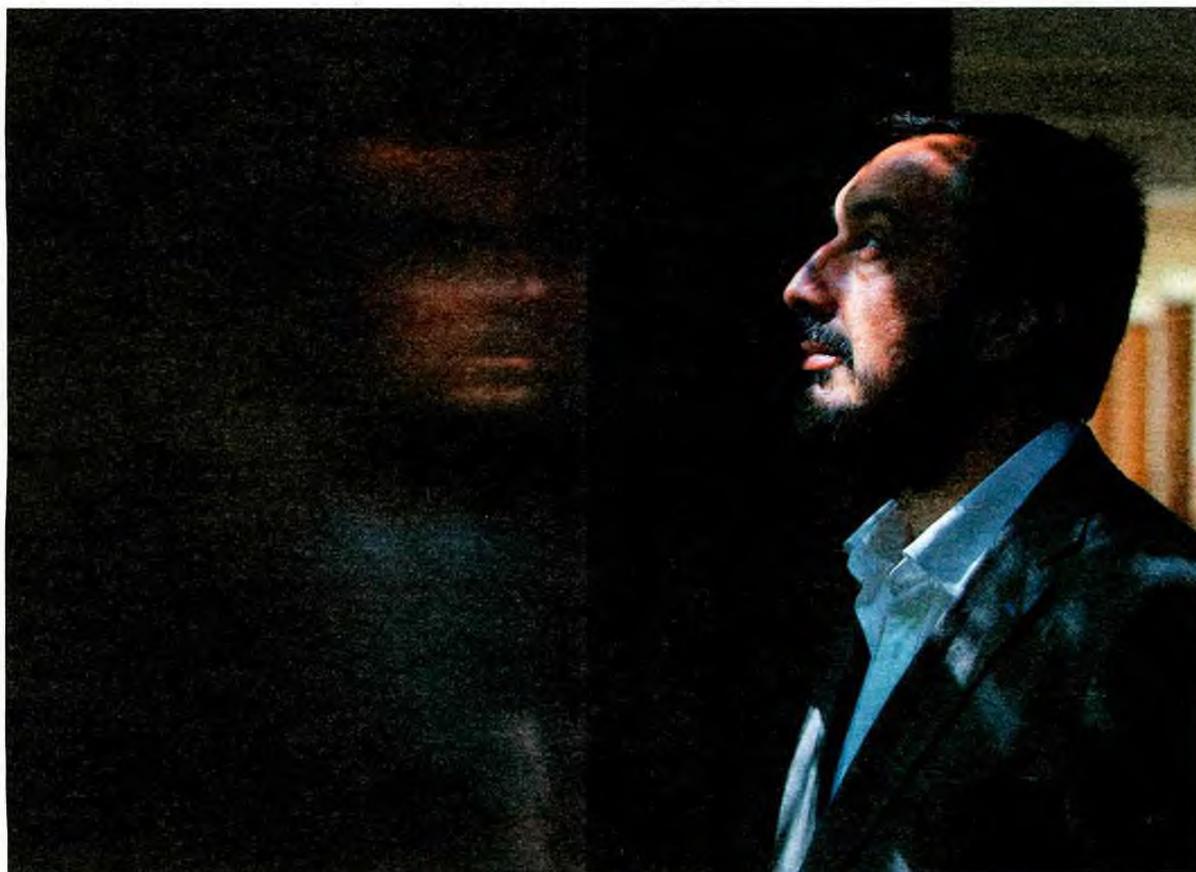


**MAIS&MENOS****FAURECIA, S. J. MADEIRA****DESPEDIMENTOS**

■ O BE de Aveiro denunciou que a Faurecia prepara-se para despedir 450 trabalhadores com contratos temporários em duas unidades de São João da Madeira. Em causa estão as fábricas Faurecia Moldados, que emprega 1200 trabalhadores e em março esteve encerrada uma semana, e Faurecia Metal, que conta com 900,

**PREÇO DAS CASAS****SOBE O DOBRO**

✚ O preço das casas em Portugal subiu 8,9% homólogos, enquanto na Zona Euro a subida foi de 4,2%, menos de metade, segundo o Eurostat. Face ao trimestre anterior, entre outubro e dezembro, o preço avançou 0,8%. As maiores subidas homólogas registaram-se no Luxemburgo (11%), Eslováquia (10,9%) e Croácia (10,0%).



Gonçalo Velho defende que o melhor é adaptar o modelo atual à situação que vivemos

MAFALDA GOMES

## Exames. Sindicato pede pequenos ajustes em dia decisivo para as escolas

Presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior solicita que se “salvuarde” o regime atual de acesso às universidades.

**PEDRO ALMEIDA**  
*pedro.almeida@ionline.pt*

As medidas tomadas pelo Governo em relação às escolas são conhecidas hoje. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, já sublinhou que os estabelecimentos de ensino não vão reabrir durante o mês de abril, devido à pandemia covid-19, mas existem ainda muitas dúvidas em torno daquilo que vai ser definido. No ensino secundário, por exemplo, os exames de acesso ao ensino superior são uma das maiores preocupações. Há quem defenda que adiar a realização dos exames nacionais de junho para setembro ou outubro seria a melhor opção, mas

há também quem sugira que se “salvuarde” o regime atual de acesso ao ensino superior.

Ao i, Gonçalo Velho, presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior, defende que aquilo que deverá ser estabelecido não poderá colocar em causa o regime que já existe. “O melhor era não haver perturbação nos exames nacionais e que não houvesse alterações no regime de acesso ao ensino superior atual. O ideal seria termos condições para realizar os exames nacionais. O ensino à distância não é, de todo, igual àquilo que é o ensino presencial. É certo que os professores têm dado o seu melhor, mas preocupa-me a forma como estas situações podem condicio-

nar o futuro. Qualquer situação de dano em relação àquilo que é apreendido ou não por professores e alunos vai notar-se depois”, começou por dizer, explicando também que deveria ser implementado o acesso gratuito à internet no ensino secundário. “Quanto ao ensino à distância proponho tornar gratuito o acesso à internet no ensino secundário, porque, na verdade, não nos podemos esquecer de que foi a universidade que criou a internet”, rematou Gonçalo Velho.

Segundo apurou o i, já a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) defende que a realização dos exames nacionais deverá ser adiada, recomendando a recalendarização e um reforço

de professores nessa altura, exclusivamente dedicado ao acompanhamento dos alunos, não esquecendo os cursos profissionais e o ensino artístico, uma vez que tem de se pensar também nas provas de aptidão e na realização de estágios.

A Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas concorda com a Fenprof e também aposta na recalendarização. “O Ministério da Educação tem de ter em atenção várias coisas, nomeadamente a saúde de todos nós, e depois terá de pensar também nas preocupações dos jovens. Estão naturalmente preocupados com o acesso ao ensino superior”, disse ao SOL, Filinto Lima, presidente da Associação.

A Câmara de Lisboa discute hoje a execução de obras de manutenção em 55 escolas do município no valor máximo de 30 milhões de euros. “Tais intervenções terão lugar quer nos equipamentos que apenas necessitam de trabalhos de manutenção, quer nos que, face à extensão das respetivas patologias e necessidades específicas, serão objeto de obras profundas (beneficiação geral)”, pode ler-se na proposta subscrita pelo vice-presidente da autarquia, João Paulo Saraiva.



09-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 13

Cores: Cor

Área: 9,19 x 17,78 cm²

Corte: 1 de 1



## Autoeuropa quer regresso gradual ao trabalho mas avança para layoff

Trabalhadores da fábrica de Palmela que não regressem a 20 de abril vão receber a totalidade do ordenado.

A Autoeuropa vai promover um regresso gradual ao trabalho a partir de 20 de abril, tal como o SOL tinha avançado, e recorrer ao *layoff* para os trabalhadores que não regressem nessa data, garantindo, no entanto, a totalidade das remunerações. A informação foi avançada pela comissão de trabalhadores (CT) depois de uma reunião com a administração da fábrica de Palmela. “Clarificamos que entre os dias 13 e 19 de abril, após esgotados os 22 *downdays* (dias de não produção remunerados) referentes ao ano de 2020, irão ser utilizados os créditos legais (férias, dias especiais), referentes a anos transatos”, refere o comunicado.

Antes, num outro comunicado, a CT da Autoeuropa tinha já anunciado que a empresa pretendia promover o “regresso ao trabalho de forma gradual a partir de 20 de abril, em horários reduzidos, inicialmente sem turno da noite, a funcionar de segunda a sexta-feira sob aplicação do regime de *layoff* simplificado”.

A administração da Autoeuro-

pa, ainda de acordo com a CT, “prevê o restabelecimento do horário estabelecido no Acordo de Empresa de 2019 a partir da semana 23 (primeira semana do mês de junho)”.

Recorde-se que a Volkswagen decidiu suspender a produção na fábrica de automóveis da Autoeuropa, em Palmela, no distrito de Setúbal, devido à pandemia de covid-19, no dia 17 de março, mas a empresa já estava parada desde o dia anterior, segunda-feira, 16 de março, dado que muitos trabalhadores foram obrigados a faltar ao trabalho para ficarem com os filhos devido ao encerramento das escolas.

A Autoeuropa, que inicialmente tinha anunciado a suspensão da produção até 29 de março, prolongou esse prazo até 12 de abril, tendo agora anunciado a intenção de retomar a produção, de forma gradual, a partir do dia 20 de abril.

A pesar nesta decisão da fábrica de Palmela está o número de carros produzidos. Desde que suspendeu a sua atividade, a 16 de março, a Autoeuropa deixou de produzir 17 250 automóveis, o que altera as previsões iniciais para o conjunto do ano, que apontavam para mais de 250 mil unidades. S. P. P.



# 4098 desempregados por dia no início de abril

Subsídios aumentaram 65%, despedimentos coletivos dispararam e ofertas de emprego caíram a pique. Lay-off abrange já 642 mil

Pedro Araújo

paraújo@jn.pt

**CRISE** A travagem a fundo da economia, devido à pandemia e ao estado de emergência em vigor, gerou uma corrida aos centros de emprego. Desde o início do mês e até à última segunda-feira, surgiram mais 4098 desempregados por dia, o dobro do ritmo diário registado em igual período de 2019. Há agora cerca de 340 mil desempregados, mais 28 mil do que nos mesmos dias de abril do ano passado.

Os números, contidos num documento elaborado pelo Ministério do Trabalho, a que o JN teve acesso, mostram ainda que foram requeridas 12 114 novas prestações de desemprego, mais 65% que em igual período de 2019.

Encontrar trabalho também não será fácil perante a paralisação de quase todas as atividades económicas. Surgiram, nos primeiros seis dias deste mês, 122 ofertas diárias, o que representa apenas 21% das registadas em idêntico período de 2019. Houve também 114 colocações diárias, o equivalente a apenas 26% dos registos de há um ano no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

A dispensa de trabalhado-



MICHEL FERREIRA/GLOBAL IMAGES

res precários tem sido denunciada. No entanto, as vítimas não são apenas os temporários. Houve 35 despedimentos coletivos, envolvendo 345 trabalhadores. São mais 28 empresas e 255 trabalhadores que no início de abril de 2019.

Desde que ficou acessível o lay-off simplificado (27 de março) e até dia 7 de abril, quase 40 mil empresas recorreram a este regime de suspensão dos contratos de trabalho ou redução da atividade. O empregador poupa cerca de 84% por empregado que fique em casa com o corte de um terço no salário bruto. Nesta altura, 642 mil trabalhadores, com uma

massa salarial de 655 milhões de euros, estarão já abrangidos pela medida. Setorialmente, o setor do alojamento e restauração vai à frente, com 24,2% dos lay-offs, segue-se o comércio por grosso e a retalho, com 19,9% dos pedidos. As empresas que têm até dez trabalhadores representam 75,7% desta realidade.

Quase 109 mil trabalhadores por conta de outrem estão com apoios excecionais às famílias, a que se somam 18 mil “recibos verdes”. Há cerca de 117 mil independentes com apoio à redução de atividade. E há perto de 19 mil baixas atribuídas por isolamento profilático. ●

↑ **Número de desempregados a recorrer aos centros de emprego está a aumentar a alto ritmo**

**MARÇO**

**843**

**trabalhadores**

Houve 59 despedimentos coletivos em março, com 843 trabalhadores. O triplo face a março do ano passado.



RUI PINTO SAI DA PRISÃO PARA REVELAR SEGREDOS À PJ

Hacker passa a ser testemunha especial e dá password de discos com informação relevante P. 22



Páscoa volta a provocar enchentes nos supermercados

Filas no Auchan do Parque Nascente, em Rio Tinto, Gondomar, ontem à tarde

Emergência Polícia aperta cerco na estrada até segunda

Viagens restringidas ao concelho de residência

Hospitais Lares contra "despejo" de idosos infetados

Trabalho Pandemia faz por dia 4 mil desempregados

Braga Igreja quer que padres doem salário

Liga de futebol Valor dos jogadores cai 204 milhões

TESTES ADIADOS DUAS SEMANAS NO NORTE POR FALTA DE MATERIAL

Covid-19 Governo e laboratórios admitem falha de reagentes Escolas Costa atrai decisão para o fim do mês Cadeias Libertados dois mil presos P. 4 a 19 e 44

BALANÇO 380 MORTOS 13 141 INFETADOS 196 CURADOS

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR



NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA! ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS



Em cima da mesa está a suspensão das provas de aferição e o adiamento dos exames do Secundário para julho



# Costa adia três semanas decisão sobre regresso às escolas

Alunos do Básico e do Pré-Escolar não devem ter mais aulas presenciais neste ano letivo. Do Secundário talvez

Alexandra Inácio  
alexandra.inacio@jn.pt

**ANO LETIVO** Dia D para a Educação em contexto de pandemia. O primeiro-ministro prometeu revelar hoje como irá decorrer o 3.º período, mas não se deve comprometer com uma data para a reabertura das escolas. Essa decisão deve ser adiada para o final do mês. Terá sido o tempo pedido pelos peritos para

uma reavaliação e, ontem, à saída de São Bento, Rui Rio revelou que a proposta do Governo "é, daqui a três semanas", analisar se há condições para um regresso dos alunos do Secundário a aulas presenciais. Básico e Pré-Escolar, afirmou o líder do PSD, muito dificilmente voltam às escolas este ano letivo. Este cenário pode fazer cair as provas de aferição e do 9.º, conforme defendem os diretores.

"Há uma sintonia de posições relativamente a esta circunstância: ou há condições de segurança e, então, sim, ou não há condições de segurança e, então, mais vale não arriscar", afirmou Rui Rio.

A intenção de António Costa era dar prioridade a um regresso dos alunos do 12.º, a 4 de maio, por causa do acesso ao Ensino Superior. No entanto, durante a semana, os peritos pediram cau-

tela e recusaram apontar uma data segura para a reabertura das escolas. O retorno do Secundário resultaria no regresso às ruas de cerca de 450 mil pessoas e o número de infeções diárias podia passar de uma média de 700 para 1500, terão previsto.

António Costa tem assim de responder a um complexo exercício de equilíbrio entre o retorno à normalidade sem fazer disparar infeções e mortos. O primeiro-ministro terá terminado a reunião no Infarmed, com o presidente da República, dirigentes políticos, da Educação e peritos, assumindo que o maior risco é uma segunda vaga e que ainda é cedo para se começar a aliviar medidas de contenção e para decidir quais as primeiras a retirar.

Certo é que o 3.º período arranca para todos os alunos à distância, na terça-feira, pelo menos até fim de abril, e que para os do Básico vão começar as transmissões da nova teleescola na RTP Memória. A possível reabertura das escolas vai passar a ser reavaliada semanalmente pelos peritos.

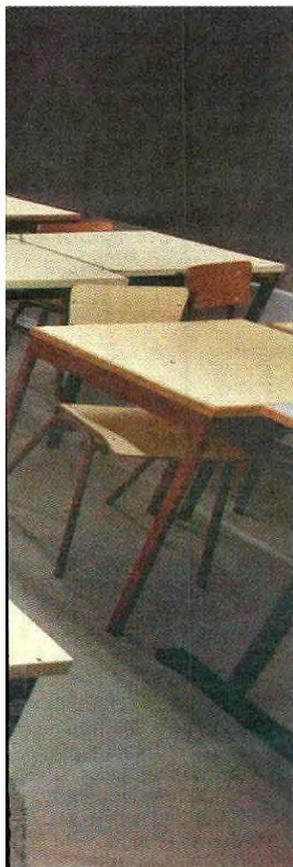
Conselho de Escolas, associações de diretores (ANDAEP e ANDE) e Fenprof defendem o adiamento dos exames do Se-

cundário. Costa também já o terá admitido. Numa entrevista à Renascença, assumiu que a primeira fase de exames pode passar para a atual segunda fase, a partir de 20 de julho, e a segunda ser reagendada para meados de setembro, o que podia resultar na alteração do arranque do próximo ano letivo e das candidaturas ao Superior.

## "INDEFINIÇÃO É PIOR"

"A indefinição é pior do que a existência de soluções", retorquiu Jerónimo de Sousa, quando confrontado com um possível regresso às escolas em maio. O líder do PCP vê com bons olhos um retorno faseado e gradual à normalidade.

António Costa ouviu ontem os dirigentes políticos. O BE pediu um programa de ensino à distância específico para os alunos com necessidades educativas especiais. O PAN insistiu que este não tem de ser "um ano perdido" e defendeu que, num cenário de retorno do Secundário às escolas, deve ser apenas nas disciplinas alvo de exame. O PEV aceita o prolongamento do calendário escolar desde que agosto seja de férias. O CDS defendeu a manutenção dos exames. ●



GAMBOZE

# P&R

## 1 Como será o regresso às escolas?

Diversos cenários estão a ser equacionados mas, pela mensagem transmitida pelos peritos em Saúde Pública na terça-feira, no Infarmed, o regresso dos alunos às escolas deve ser feito por níveis de ensino ou faixas etárias. E acontecerá sempre de forma gradual, progressiva e até pode variar entre regiões. Isto é, em algumas zonas, o retorno às aulas presenciais pode ser equacionado mais cedo.

## 2 Os alunos mais novos devem voltar primeiro?

As crianças até aos 12 anos têm revelado taxas de infeção inferiores, mas pode ser mais difícil controlar o afastamento social entre os mais pequenos. Depois, mais de metade das educadoras de infância têm mais de 50 anos. Os peritos estimaram que um retorno às escolas pelo grupo dos mais novos podia resultar num regresso à vida ativa de mais de um milhão de pessoas.

## 3 Que razões para dar prioridade ao Secundário?

Se o regresso começar pelo Secundário, resolve-se o impasse com os exames e o acesso ao Ensino Superior. É a principal vantagem. Os alunos entre os 15 e 18 anos cumprirão mais facilmente regras de afastamento. Quase metade dos professores têm mais de 50 anos. E os pais também são naturalmente mais velhos. Neste caso, a previsão aponta para um retorno às ruas de cerca de 450 mil pessoas.

## 4 Quando devem realizar-se os exames?

No calendário atual, as aulas para os que fazem exames (9.º, 11.º e 12.º) terminam a 4 de junho. A primeira fase está agendada para entre 15 de junho e 7 de julho. E a segunda, entre 20 e 27 de julho. O decreto que regula o estado de emergência permite ao Governo mudar o calendário de aulas e provas. Os diretores defendem a suspensão dos exames do 9.º e o adiamento para setembro dos do Secundário.

## 5 Como devem ser dadas as notas no 3.º período?

É uma das dúvidas por esclarecer. O Conselho das Escolas e as associações de diretores defendem que a avaliação do 3.º período seja formativa (contínua, não por testes) e que não possa descer relativamente às notas dadas no 2.º período. Ou seja, os alunos podem subir mas não baixar as classificações no regime de ensino à distância.

## Quando arranca a (nova) Telescola?

O Ministério da Educação ainda não divulgou a data oficial. As aulas deviam recomeçar dia 14 e Tiago Brandão Rodrigues prometeu que as transmissões na RTP Memória para os alunos do 1.º ao 9.º ano começariam nos primeiros dias do 3.º período.

## Dinamarca e Noruega com mais pressa

Comissão Europeia suspende orientações para levantar medidas

**COORDENAÇÃO** Na Europa, o regresso às escolas deverá ser feito a velocidades diferentes. Na Dinamarca, creches, jardins de infância e estabelecimentos do Ensino Básico reabrem depois da Páscoa, enquanto a Noruega terá todas abertas no dia 27 e a Áustria aponta para meados de maio.

Retomar a "normalidade" ou manter as medidas contra a propagação da Covid-19 é tema sensível e a Comissão Europeia suspendeu ontem a intenção de dar orientações para o seu levantamento progressivo.

A questão é "muito delicada" e o colégio de comissários fez um "debate de orientação", adiando as indicações depois de consultar os 27 estados-membros e de "refletir", segundo o porta-voz da CE, Eric Mamer. "O colégio constatou que um roteiro bem-sucedido teria de ter em conta diferenças variáveis que refletem a velocidade da propagação do vírus, a capacidade dos sistemas de saúde e a capacidade de monitorizar adequadamente a situação", explicou.

### CONFINAMENTO E MERCADO

As orientações terão de "relacionar o confinamento com o funcionamento do mercado único e a necessidade de informação e coordenação entre os membros quando levantarem as medidas de restrição, por estarem em diferentes etapas do combate à pandemia".

Áustria, Dinamarca e República Checa já anunciaram a intenção de levantar gradualmente as restrições impostas, face ao que os seus governos consideram ser um abrandamento da propagação do vírus.

Para a Comissão, "é extremamente importante" disponibilizar as diretrizes "no momento oportuno, para orientar os estados-membros que sentem que chegou a altura de começarem a levantar medidas restritivas". Mas não quer "dar um sinal de que as medidas de confinamento devam ser levantadas. É por definição um assunto delicado".

## Como outros preparam o regresso à "normalidade"

**Áustria** ● O governo decidiu reabrir as escolas e restaurantes a partir de meados de maio. Já os estabelecimentos comerciais vão reabrir de forma progressiva: na terça-feira, os que têm menos de 400 metros quadrados; a partir de 1 de maio, os maiores.

**Dinamarca** ● Jardins de infância e escolas do Ensino Básico reabrem na quarta-feira e as restantes a 10 de maio. Neste dia, devem reabrir igrejas, bibliotecas e recintos desportivos. Restaurantes ficam fechados.

**Espanha** ● Com o estado de emergência prolongado até perto do fim de abril, a perspetiva do regresso às aulas adiou-se para meados de maio em diante, faseadamente, até ao início de junho. Os exames de acesso à universidade estão marcados: 22 de junho a 10 de julho.

**Noruega** ● Creches/jardins de infância e gabinetes de fisioterapia e de psicologia podem reabrir no dia 20. A partir deste dia, apesar de se manterem as outras medidas, são permitidas deslocações para casas de férias e fins de semana. Escolas, universidades, cabeleireiros e centros de massagens e tratamentos dermatológicos reabrem no dia 27.

**França** ● Foi um dos primeiros países a suspender as atividades letivas e continua a evitar apontar datas para a reabertura. "Impossível", disse o ministro da Educação, Jean-Michel Blanquet, sem afastar claramente a hipótese avançada por agentes do setor de uma retoma das aulas em 4 de maio.



**Filinto Lima**

Presidente da ANDAEP

"A incerteza é o que temos de mais certo. O nosso maior problema é o Secundário, porque estamos reféns dos exames e o Superior não dá uma ideia para ajudar"



**Manuel Pereira**

Presidente da ANDE

"Há muitos problemas no ensino à distância que temos de ultrapassar. O ME vai ter de confiar mais do que nunca na gestão curricular das escolas".



**RUI PINTO  
SAI DA PRISÃO  
PARA REVELAR  
SEGREDOS À PJ**

Hacker passa a ser testemunha especial e dá password de discos com informação relevante P. 22



**Páscoa volta a provocar enchentes nos supermercados**

Filas no Auchan do Parque Nascente, em Rio Tinto, Gondomar, ontem à tarde

**Emergência**  
Polícia aperta cerco na estrada até segunda

Viagens restringidas ao concelho de residência

**Hospitais**  
Lares contra "despejo" de idosos infetados

**Trabalho**  
Pandemia faz por dia 4 mil desempregados

**Braga**  
Igreja quer que padres doem salário

**Liga de futebol**  
Valor dos jogadores cai 204 milhões

# TESTES ADIADOS DUAS SEMANAS NO NORTE POR FALTA DE MATERIAL

**Covid-19** Governo e laboratórios admitem falha de reagentes **Escolas** Costa atrai decisão para o fim do mês **Cadeias** Libertados dois mil presos P. 4 a 19 e 44

**BALANÇO 380 MORTOS 13 141 INFETADOS 196 CURADOS**

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR



**NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!**  
ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS



## PCP denuncia que Sonafi prepara despedimento de 150 trabalhadores

**CRISE** A empresa Sonafi, sediada em Matosinhos, estará a preparar o despedimento de 150 pessoas com vínculos precários. A denúncia foi feita pelo PCP, que considera o comportamento da empresa do setor metalúrgico “inadmissível”. Perante o cenário de crise, o partido questionou o Ministério do Trabalho sobre as medidas que o Governo tomará para assegurar os empregos.



## PRIMEIRA MÃO

## MERCADO DE TRABALHO

# Pandemia pode fazer desemprego disparar 75% até ao final do ano

No cenário de recessão mais grave, 264 mil portugueses podem ficar sem emprego, sendo 180 mil no cenário base do Banco de Portugal. Serviços e indústria são os mais expostos, dizem especialistas.

**ÂNIA ATAÍDE  
E SHRIKESH LAXMIDAS**  
ataaide@jornaleconomico.pt

Mais de 264 mil portugueses poderão perder o emprego este ano devido à recessão provocada pelo surto do novo coronavírus. Segundo cálculos do Jornal Económico (JE), com base em cenários publicados pelo Banco de Portugal (BdP) e dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de desempregados poderá disparar 75% em 2020, de 352.400 para 616.700.

O cálculo tem como base o cenário adverso para a economia portuguesa divulgado pelo BdP no Boletim Económico de março, divulgado no dia 26 do mês passado e que projeta uma contração de 5,7% no Produto Interno Bruto e uma taxa de desemprego de 11,7% este ano, e os dados do INE sobre o desemprego no quarto trimestre de 2019. Para efeitos de análise, presume-se que a população ativa se mantenha nos 5,27 milhões.

No cenário base avançado pelo BdP a situação é só ligeiramente menos grave. O banco central explicou que, com uma recessão de 3,7% este ano, a taxa de desemprego interrompe a tendência de redução dos últimos anos, e aumenta de 6,7% no quarto trimestre de 2019 para 10,1% no período homólogo de 2020. Nesse cenário, os cálculos do JE mostram o número de 180 mil novos desempregados, ou seja, um salto de 50%, para um total de 543.400 portugueses sem emprego.

Em ambos os cenários, o BdP adiantou que a evolução do desemprego depende criticamente da configuração e magnitude das medidas de apoio às empresas e famílias que serão implementadas no imediato, de forma a mitigar a destruição da capacidade instalada na economia que inevitavelmente decorrerá durante a pandemia.

Os cenários do banco central são partilhados, de forma geral, pelos especialistas consultados pelo JE. Pedro S. Martins, antigo secretário de Estado do Emprego e professor na Queen Mary University of London, estima que no caso de uma paralisação da economia de dois meses a taxa de desemprego atinja 9 a 10%, face aos atuais 6,7%, utilizando como base a probabilidade de teletrabalho entre os trabalhadores por conta de outrem no setor privado e a produção das suas empresas. "No caso da paralisação da economia se prolongar por mais tempo, haverá cerca de um ponto percentual de aumento da taxa de desemprego por mês adicional de paralisação", calcula.

João Cerejeira, economista especializado nas questões relacionadas com o mercado de trabalho e professor na Universidade do Minho, assume que a taxa de desemprego deverá ficar acima dos 10% este ano, num cenário de retoma da atividade em junho, apesar de salientar que não existem ainda dados disponíveis que permitam avançar com estimativas precisas.

"O problema vai-se agravando se a paralisação se mantiver por mais tempo. O maior risco é que não haja renovação de contratos a prazo, numa primeira fase, e despedimentos coletivos ou encerramento de empresas, numa fase posterior, que levem ao desemprego de contratados sem termo. Mas isso vai depender da duração da quarentena e da velocidade do arranque da economia", diz.

O impacto do aumento das prestações sociais nas contas públicas é ainda difícil de medir. No Orçamento do Estado para 2020 (OE2020), com a projeção de uma taxa de desemprego de 6,1%, o Governo estimava gastar 1.197,7 milhões de euros em subsídios de desemprego este ano. João Cerejeira considera que o impacto poderá começar a ser visível a partir do segundo trimestre.



**PEDRO S. MARTINS**  
Ex-secretário de Estado do Emprego e professor na Queen Mary University of London



**JOÃO CEREJEIRA**  
Economista e professor na Universidade do Minho



**RENATO CARMO**  
Sociólogo e professor do ISCTE-IUL

"Atualmente estão cerca de 150 mil pessoas como beneficiárias, com uma despesa de cerca de 1.100 milhões de euros. Eventualmente poderemos chegar às 200 ou 250 mil a curto prazo. O valor da despesa poderá subir na mesma proporção", diz.

Apesar de considerar que é difícil prever a amplitude do desemprego que poderá atingir a economia no rescaldo da paralisação, Renato Carmo, sociólogo e professor do ISCTE-IUL, alerta "que, do ponto de vista estatístico, o modo como a taxa de desemprego oficial é construída pode não abarcar completamente o conjunto das situações mais vulneráveis", dando como exemplo as atividades em trabalho informal e sem contrato ou trabalhadores que estão em situação de subemprego.

## Serviços e indústria

O comércio e serviços, mas também a indústria, deverão ser os setores com maiores taxas de desemprego, apontam unanimemente os analistas consultados pelo Jornal Económico. Pedro S. Martins indica que as maiores taxas de desemprego deverão chegar ao turismo, comércio, restauração, hotelaria, alojamento local, transportes (táxis e TVDE), serviços de limpeza e construção civil.

Renato Carmo assinala que, "apesar de não exclusivamente", as atividades que crescem direta ou indiretamente com o turismo deverão estar entre as mais afetadas. "Este setor parou quase completamente, provocando impactos acrescidos na viabilidade económica das empresas (sobretudo as mais pequenas) e na dificuldade extrema em se garantir os salários dos trabalhadores", diz.

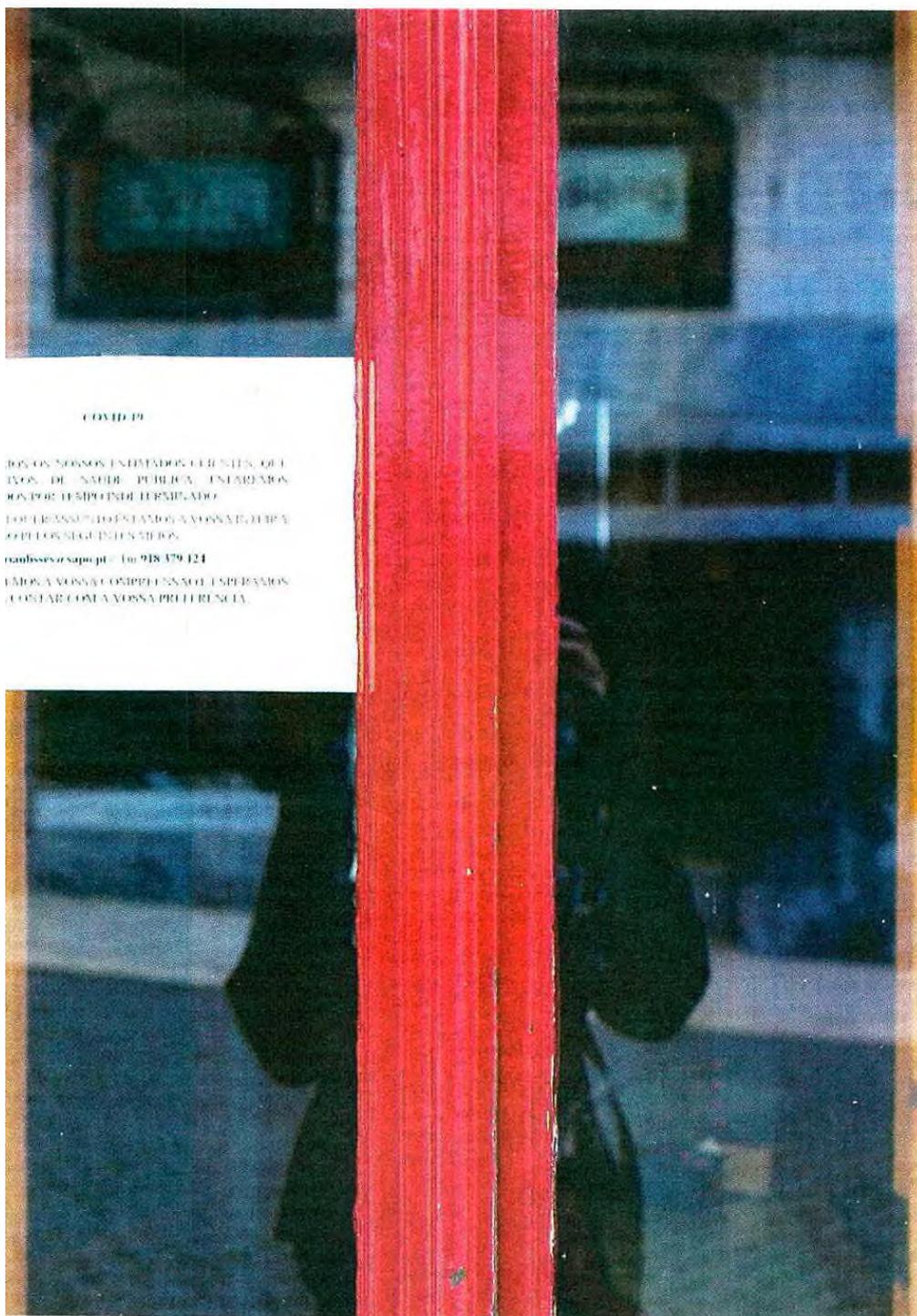
O sociólogo e professor do ISCTE-IUL explica que são setores "onde a precariedade laboral se generalizou num contexto em que o desemprego estava a diminuir" e "parte significativa do emprego



criado até à presente crise baseava-se em contratos temporários (não permanentes) ou em trabalho informal, e com níveis salariais relativamente baixos".

"Muitos destes trabalhadores estão a ser (ou já foram) despedidos ou simplesmente descartados", diz.

Apesar de salientar que o turismo é um exemplo, João Cerejeira alerta que todos os setores que têm uma maior incidência de trabalhadores a termo ou independentes, em pequenas e microempresas, estarão mais expostos e que "os serviços pessoais e pequeno comércio retalhista são setores onde a entrada e saída do mercado é relativamente simples, o que pode levar ao



Cristina Bernardo

## COVID-19

LOS OS NOMBROS EN ESTADON E BUSTEN, QUE  
TAYON, DE SAIDE PUBLICA, ENLAREMON  
RON POR E TEMPO INDETERMINADO.

FOUR EN SU TIDON EN AMON A VORSA E, OTRA  
OPELOR NEGUN EN AMON.

canalissve@sapo.pt | Tel: 918 379 124

EMON A VORSA COMPREENSAO E ESPERAMON  
COM EN COM A VORSA PROFI EN CIA.

encerramento de empresas", ao que acrescem atividades industriais exportadoras para mercados também eles sujeitos à crise, referindo que "a indústria de componentes é um bom exemplo". Também o setor da cultura deverá ser afetado, realça Renato Carmo.

Os jovens deverão ser os mais atingidos, segundo os analistas, que apontam a maior incidência de contratos a termo nesta faixa etária. "Nomeadamente nos 18-30, na medida em que o mercado de trabalho deve ter congelado em termos de contratações e são em geral os mais jovens que mudam mais de emprego e têm contratos mais curtos", diz Pedro S. Martins.

Renato Carmo enumera ainda os trabalhadores com menores níveis de qualificação e a população imigrante como os que deverão ser mais afetados.

#### Exposição ao turismo

O antigo secretário de Estado do Emprego, Pedro S. Martins, estima que Lisboa, Porto, Algarve – durante o verão – e Madeira terão uma maior exposição à crise pela importância que o turismo tem nessas regiões. Apesar de considerar que o Algarve venha a ser a região com a maior queda no PIB regional, seguido pela região Norte e partes da região Centro devido ao perfil exportador, João Cerejeira

considera que "a região de Lisboa vai sofrer com a queda no turismo, mas a forte concentração de emprego público e o facto de se localizarem as sedes das grandes empresas nacionais vai servir de travão à queda na procura".

Para Renato Carmo, as regiões mais afetadas serão as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, por concentrarem a maior atividade económica. Contudo, adverte que "não existe ainda a noção do impacto da crise nas zonas mais vulneráveis situadas no interior do país e em territórios rurais, tendencialmente mais envelhecidos e com menor acesso à informação e ao conhecimento".



**ifthenpay** Referências Multibanco para a sua empresa  
www.ifthenpay.com

More than Consultants,  
**Your business advisor!**

AUDIT, TAX, OUTSOURCING, ADVISORY, DIGITAL

Nº 2036 | 9 abril 2020

**O Jornal Económico**

www.jornaleconomico.pt

Diretor Filipe Alves | Diretor Adjunto Shrikesh Laxmidas | Subdiretor Leonardo Ralha  
Diretor de Arte Mário Malhão | Preço €3,20 (continente) | Semanário, sai às sextas

# 264 mil portugueses estão em risco de desemprego devido à pandemia

No cenário de recessão mais grave, o número de desempregados poderá disparar 75%. Mesmo no cenário base do BdP, 180 mil portugueses podem perder o emprego. ● P6

**COVID-19**

## Governo preparado para manter estado de emergência até 17 de maio

António Costa admitiu aos líderes partidários possibilidade de mais duas renovações do estado de emergência, sabe o JE. ● Filipe Froes defende que "todos vamos ter de usar máscara" e que é cedo para abrir escolas. ● P4 e 5

**CRISE**  
Executivo ultima propostas para apoiar os media, mas falta consenso no setor ● 22



Graça Carvalho  
Ministra da Cultura

**DÍVIDA DA QUEIMA DAS FITAS**  
Associação Académica da Universidade de Lisboa arrisca falência ● P24

**LINHA EY PANDEMIA**  
ey@pt.ey.com

# Reforma antecipada sem penalização em estudo para funcionários da TAP

Resgate à aviação vai incluir isenções de taxas, diferimento de TSU e impostos e empréstimos com aval do Estado ● Última

**ESPECIAL CIBERSEGURANÇA**  
Empresas investem em programas à prova de 'hackers'

Ataques acontecem todos os minutos e estão na agenda de políticos e empresários. Especialistas pedem estratégia transversal. ● P4

**ET CETERA**  
Sondagem: quem são e em quem votam os clientes dos bancos portugueses

Inquérito Aximage/JE revela os bancos que têm maior força entre os jovens e os que atraem clientes "de esquerda" ou "de direita". ● P6

**BASF**  
We create chemistry

**EDP LIVE BANDS**

**AS PAREDES NÃO TEM QUÍBOS**  
MAS INSPIRAM

Aproveita a tua energia para ensaiar o que vais tocar no palco  
edplivebands.edp.com



## ENSINO SUPERIOR

# Sindicato propõe adiamento do período de avaliações

Em entrevista exclusiva ao JE, Gonçalo Velho, presidente do SNESup, recusa facilitismos e avança: “Teremos de ter épocas de avaliação muito alargadas”.

## Como estão universidades e politécnicos a responder à suspensão das aulas presenciais?

O primeiro momento foi marcado pelo voluntarismo dos professores que procuraram as plataformas disponíveis e adaptaram os conteúdos num movimento de tentativa-erro. Os alunos aderiram massivamente, com taxas de frequência maiores, dado estarem confinados, sendo esta uma atividade que lhes permitia o contacto com os colegas e uma maior interação social. Houve alguma excitação inicial com os novos meios, que permitiu ultrapassar problemas de equipamentos e acesso. Existem problemas de falta de equipamentos e muitas dificuldades de acesso à net, o que significa a necessidade de abordagens que não passem apenas por sessões síncronas.

## Qual o maior problema neste momento?

Estamos a entrar numa nova fase. Existem problemas com as componentes práticas e estágios que terão de ser analisados. O grande desafio é a avaliação, que terá de ser resolvida dentro da autonomia científica e pedagógica de cada professor, em conjugação com os órgãos próprios, que são os conselhos pedagógicos e científicos.

## Passagem administrativa é uma hipótese?

Não. A passagem administrativa não é uma hipótese. Todos os colegas recusam essa solução. As instituições têm estado a estudar mecanismos de adaptação da avaliação e parece haver uma grande pressão da parte dos dirigentes para que nessa adaptação os docentes tenham menos rigor. Além disso, há situações em que é simplesmente impossível fazer avaliação online.

## Que soluções propõe?

A atual situação exige realismo e pragmatismo. Temos que assumir que o online tem debilidades e que não é possível realizar determinadas operações, neste momento. Teremos que adiá-las para quando seja possível. Sugerimos aulas presenciais em junho, julho (e não adiamento para período posterior a estes meses), com continuidade, se necessário, em setembro. No que respeita às

avaliações, a nossa mensagem é que é necessário alargar o período de avaliação e adiar nas matérias em que for necessário. Não adiar como um todo.

## Atrasar todo o calendário?

Sim. Isso pode significar também um atraso no início do próximo ano letivo que já de si está comprometido com a questão dos exames nacionais. Acreditamos que não se deve perder os exames nacionais. Não podemos estar a agir à pressa para aquilo que o ministro pretendia, que era facilitar o regime de acesso.

## Como está o mundo a fazer no caso dos exames?

O governo chinês, por exemplo, alterou as provas de acesso ao ensino superior, o que afeta milhões de estudantes. O governo inglês pura e simplesmente suspendeu as provas, criando o pânico e o alarme. A nossa visão de ter épocas de avaliação muito alargadas está mais de acordo com o bom exemplo chinês.

## O que não pode acontecer no ensino superior em Portugal, mesmo com o país em estado de emergência?

O sistema não pode entrar em rupturas. O que está institucionalizado importa, é um certificado de qualidade, e o nosso sistema de educação é um bem posicional. No momento em que se fragilizar a credibilidade, entra-se em rutura. Se isso já é verdade para outros setores, como a Economia, aqui é fundamental. Não podemos perder a garantia da qualidade do sistema, nomeadamente não podemos minar a credibilidade da avaliação. ●



GONÇALO VELHO  
presidente do SNESup

# Quase 900 mil já recebem apoios por causa da covid-19

**O Estado já subsidia quase 900 mil pessoas, revelam dados do Ministério do Trabalho a que o Negócios teve acesso. Só em lay-off estão 642 mil trabalhadores, aos quais se juntam 117 mil recibos verdes. Há ainda os apoios aos pais.**

Quase 900 mil pessoas estão já a receber apoios extraordinários criados para responder à crise económica da covid-19. Entre lay-off (642 mil trabalhadores), apoios a trabalhadores independentes (117 mil) e apoios a pais que têm de ficar em casa com os filhos (109 mil) ou a pessoas em isolamento profilático (19 mil), o número total ascendia, a 7 de Abril, a 887 mil pessoas.

Começamos pela lay-off. Segundo dados do Ministério do Trabalho, a que o Negócios teve acesso, há agora 642 mil trabalhadores afetados pelo lay-off simplificado, ao qual pediram para aderir já 40 mil empresas. Estes números revelam uma subida de 15,5% face aos últimos dados divulgados pelo Governo. Na segunda-feira eram 33 mil empresas que se tinham candidatado ao lay-off simplificado, com um universo correspondente de 556.751 trabalhadores.

Setorialmente, quase um quarto (24,2%) das empresas que estão a recorrer ao lay-off são do setor do alojamento, restauração e similares. As entidades empregadoras do setor do comércio por grosso e a retalho e oficinas são responsáveis por 19,9% do recurso a lay-off, seguindo-se a indústria transformadora e o setor das 'atividades de Saúde Humana e Apoio Social' (com 9,3% e 8,85% dos pedidos, respetivamente).

Somam-se a estes trabalhadores os apoios extraordinários atribuídos a 117 mil "recibos verdes" com redução de atividade. Este número cresceu 17% face aos 100 mil anunciados na segunda-feira pela ministra Ana Mendes Godinho.

Continua também a aumentar o número de novos pedidos de apoios excecionais às famí-



Miguel Baltazar

Teletrabalho dos centros de emprego pode subestimar desemprego.

## 642 mil

### LAY-OFF

Cerca de 40 mil empresas pediram lay-off, atingindo 642 mil pessoas.

## 117 mil

### RECIBOS VERDES

Apoio à quebra de atividade já abrange 117 mil trabalhadores independentes.

## 109 mil

### APOIO A PAIS

Apoio a pais que têm de ficar com filhos já chegou a 109 mil trabalhadores por conta de outrem.

lias, que abrangem já quase 109 mil trabalhadores por conta de outrem (de 50 mil entidades empregadoras), perto de 2 mil do serviço doméstico e 18 mil trabalhadores independentes. Há ainda perto de 19 mil baixas por isolamento profilático.

### Centros de emprego com quatro mil inscrições ao dia

Por outro lado, e apesar do lay-off que impede as empresas de despedir, começam agora a ser conhecidos os primeiros dados sobre os efeitos no mercado de trabalho no início de abril. Segundo o Ministério do Trabalho, desde que arrancou o mês inscreveram-se por dia, em média, 4.098 desempregados nos centros de emprego, o que corresponde ao dobro do ritmo registado no mesmo mês do ano passado. O número total de desempregados ascende assim a 339 mil, mais 18 mil do que no final de março.

Segundo o documento, que apenas resume os principais indicadores disponíveis sem deta-

lhes, foram solicitados até 6 de abril 12.114 novos subsídios de desemprego, o que traduz uma subida de 65% face a igual período de 2019. Se recuarmos a 16 de março, houve mais 41 mil subsídios requeridos face a 16 mil no período homólogo.

Também os despedimentos coletivos aumentaram, sem surpresa. Até 6 de abril, houve 35 despedimentos coletivos (mais 28 empresas do que em igual período de 2019) abrangendo 345 trabalhadores (contra 255). Em relação a março, já se conheciam os dados: o número de despedimentos coletivos e de trabalhadores afetados triplicou face ao período homólogo de 2019.

Vale a pena lembrar que a maior parte do trabalho dos centros de emprego está a ser feito à distância, o que deverá ter reflexos nos dados administrativos, podendo subestimar o aumento real do desemprego. Por outro lado, os trabalhadores sem direito a subsídio de desemprego têm, nesta altura, pouca motivação para procurar trabalho nos centros de emprego. Não só as ofertas de trabalho das empresas caíram a pique como também as colocações baixaram muito.

Outro dado relevante para avaliar a evolução do mercado de trabalho diz respeito às declarações das empresas à Segurança Social. O número de empresas que entregaram estes documentos no início de abril caíram 44% face ao período homólogo, mas ainda é cedo para tirar conclusões. Para já porque o mês de abril do ano passado teve menos dias úteis do que o deste ano e também porque é natural que muitas empresas se tenham atrasado neste processo por estarem a funcionar a meio gás. ■

MANUEL ESTEVES E SUSANA PAULA

# negócios

**FIM DE SEMANA**

Quinta-feira, 9 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4220 | € 2.90  
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

## Já há 900 mil portugueses a receber apoios do Estado

Entre lay-off, regime para independentes, subsídios para apoio à família e baixas por isolamento profilático, o número de pessoas a beneficiar das medidas extraordinárias no âmbito da pandemia caminha para um milhão.

PRIMEIRA LINHA 7

Miguel Baltazar



Entrevista a **Filipe Carreira da Silva**

**Uma criança que nasce agora vai viver num mundo muito diferente. Será a geração C**



**Família Caetano, do automóvel à aeronáutica**

**A ficção científica inventou a realidade dos dias que correm**

**Recibos verdes que reduziram descontos terão menos ajudas**

PRIMEIRA LINHA 6

**O puzzle que é preciso montar para sair da crise**

PRIMEIRA LINHA 4 e 5

**Imobiliário ainda acredita que preços não vão cair**

PRIMEIRA LINHA 10 e 11

**Futebol**  
**Pandemia põe em causa finanças dos clubes**

Perda de receita estimada supera os 300 milhões. Valor dos plantéis encolhe.

PRIMEIRA LINHA 14

**Comunicação social**  
**Media vão ter plano para "crise dentro da crise"**

PRIMEIRA LINHA 12 e 13

**Dívida pública**  
**Como ficará o "rating" depois da covid-19? É cedo para dizer**

MERCADOS 26 e 27

**ifthenpay**

Referências Multibanco para a sua Empresa  
www.ifthenpay.com



Publicidade



A Administração do Porto de Lisboa diz que linhas que escalavam a capital e passaram para Vigo são agora irre recuperáveis.

PORTOS

# Yilport está em Portugal “para ficar e investir”

Apesar do braço-de-ferro que mantém com o sindicato dos estivadores e da quebra da atividade do porto de Lisboa, o grupo turco que detém a concessão do terminal de Alcântara diz que acredita que é possível pôr o porto da capital nas rotas internacionais.

**MARIA JOÃO BABO**  
mbabo@negocios.pt

O grupo turco Yilport, que em 2016 concretizou a compra das operações portuárias da Ter-tir à Mota-Engil, garante que está em Portugal “para investir e para apoiar a economia”. Esta quarta-

-feira no Parlamento, Diogo Vaz Marecos, administrador da Yilport, salientou que além do investimento de 43,4 milhões de euros em curso em Leixões, o grupo quer “investir em Lisboa porque ainda acredita que é possível pôr este porto nas rotas internacionais”.

Diogo Vaz Marecos foi ouvido no Parlamento antes do líder do Sindicato dos Estivadores, António Mariano, e da presidente da Administração do Porto de Lisboa, Lídia Sequeira, sobre a insol-

## 134

### TRABALHADORES

A insolvente A-ETPL tinha 134 estivadores. Diogo Marecos disse que a Porlis pretende contratar 85 com as mesmas condições.

vência da Associação - Empresa de Trabalho Portuário de Lisboa (A-ETPL), decidida em meados de março, um dia antes do Governo ter decretado a requisição civil na sequência do incumprimento de serviços mínimo no âmbito da greve dos estivadores.

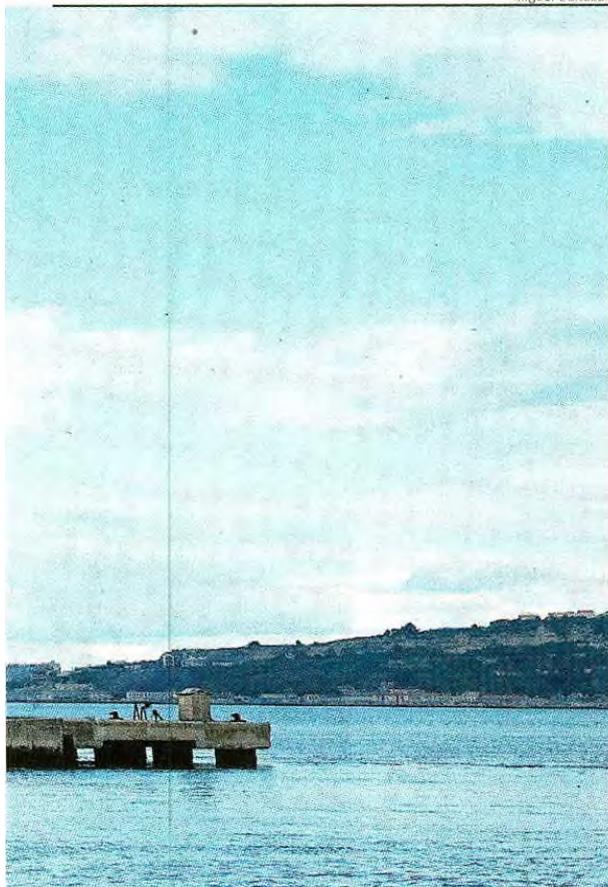
O grupo turco, que emprega 500 pessoas em Portugal, tem previsto um investimento de 122 milhões de euros no terminal de contentores de Alcântara. Aos deputados, Diogo Marecos assegurou que a Yilport “está cá para ficar

e continuar a investir”.

Com o arrastar do diferendo entre operadores e estivadores na capital, a presidente da APL assumiu, por seu lado, muita preocupação com a situação do porto de Lisboa que responde neste momento apenas por 12% da carga a nível nacional. “Se não transmitirmos aos clientes que existe estabilidade nunca recuperaremos o porto de Lisboa”, afirmou Lídia Sequeira. Como frisou, em 2018 “foi muito difícil trazer novamente a linha da Hapag Lloyd que tinha saído de



Miguel Baltazar



Lisboa para Vigo. Quando o sindicato iniciou a greve ao trabalho suplementar à linha voltou para Vigo e não voltará jamais. É irreversível”.

#### “Há gente a mais”

Para a responsável da APL, “neste momento, é muito importante que ambas as partes percebam que para sair deste conflito tem de haver cedências mútuas”. Em seu entender, a solução poderia passar por “um compromisso ou uma garantia escrita de aumento salarial quando a situação o permitir”, havendo ao mesmo tempo “a garantia de salvaguarda de postos de trabalho que sejam necessários”.

Como reconheceu, “para o volume do tráfego que temos neste momento há gente a mais”. Ou seja, dos 134 trabalhadores que integravam a insolvente A-ETPL nem todos “fazem falta”. “É um número demasiado elevado para as necessidades atuais”, disse.

Depois de Diogo Marecos ter acusado os estivadores de

terem, na última greve, “violação dos serviços mínimos, requisição civil e Estado de Emergência” e de António Mariano afirmar, por seu lado, que a insolvença da empresa de trabalho portuário de Lisboa foi “planeada meticulosamente” e de ter havido “um despedimento coletivo encapotado”, Lídia Sequeira veio lembrar a concorrência que existe no setor.

A presidente da APL confirmou ter havido incumprimento por parte dos estivadores da requisição civil, garantindo que desde que foi decretado o Estado de Emergência “não voltou a haver bloqueio do tráfego que garante o abastecimento para as ilhas”.

A responsável não deixou, por outro lado, de se afirmar surpreendida com “a rapidez com que o tribunal, que normalmente é moroso nestas coisas, decretou a falência” da A-ETPL, assim como a “surpreendeu que o administrador da massa falida com tanta rapidez tenha decretado o encerramento”. ■



**Sindicato dos estivadores fez violação dos serviços mínimos, requisição civil e Estado de Emergência. Assim que o Estado de Emergência terminar vão estar outra vez em greve.**

**Foram instaurados 33 processos disciplinares com vista ao despedimento.**

DIOGO VAZ MARECOS  
Administrador Yilport

**Há uma tentativa de extermínio dos estivadores do porto de Lisboa.**

**A insolvença da Associação - Empresa de Trabalho Portuário de Lisboa foi meticulosamente planeada e programada.**

ANTÓNIO MARIANO  
Presidente do SEAL

**Houve serviços mínimos para as ilhas que só foram movimentados com a declaração do Estado de Emergência.**

**Surpreendeu-me a rapidez com que o tribunal decretou a falência da A-ETPL.**

LÍDIA SEQUEIRA  
Presidente da Administração do Porto de Lisboa



**Autoeuropa recorre ao *layoff* e trabalhadores recebem a 100%**

A administração da Autoeuropa vai recorrer ao *layoff* simplificado, mas aceitou uma proposta da comissão de trabalhadores que garante o pagamento integral de salário mesmo durante a suspensão laboral. Trabalham quase 6000 pessoas na unidade.



# Hospitais contrataram mais de 1400 profissionais de saúde para reforçar resposta

Já são mais de 1500 os profissionais de saúde afastados temporariamente dos serviços por estarem infectados com o novo coronavírus. Quase quatro centenas são enfermeiros e 258 são médicos

Alexandra Campos

**D**esde o início da epidemia de covid-19 em Portugal, os hospitais públicos já contrataram 1419 profissionais de saúde para reforço da resposta do Serviço Nacional de Saúde. Ao mesmo tempo, a linha SNS24 foi reforçada com 450 profissionais, adiantou ao PÚBLICO o Ministério da Saúde (MS).

Do bolo de contratações, mais de metade (698) dos profissionais de saúde foi reforçar os hospitais do Norte, a região mais flagelada, perto de um quarto (379) está a trabalhar no Centro e 288 em Lisboa e Vale do Tejo. Sem especificar quantos são médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, auxiliares ou outros grupos profissionais, o ministério explica que “as administrações hospitalares têm autonomia para contratar directamente profissionais de saúde no âmbito da covid-19”. A região do Alentejo foi reforçada com 34 profissionais de saúde e o Algarve com 20.

A contratação de médicos, enfermeiros e outros trabalhadores para o SNS foi permitida em novos moldes – deixou de ser necessária a luz verde prévia do Ministério das Finanças – no âmbito das medidas de carácter excepcional decididas em 13 de Março em Conselho de Ministros. Estas medidas vieram permitir o recurso a clínicos reformados “sem sujeição aos limites de idade”, a simplificação da contratação de outros trabalhadores e a suspensão dos limites de horas extraordinárias.

Alguns dos profissionais que têm sido contratados são provenientes das bolsas de voluntários que foram constituídas na sequência dos apelos feitos pelas ordens dos médicos e



Mais de metade dos contratados foi reforçar as unidades de saúde do Norte do país

dos enfermeiros, refere o ministério. Mas os hospitais públicos não aproveitaram ainda toda a disponibilidade de médicos (1800) e de enfermeiros (900) que estava contabilizada até meados de Março.

Onde estão estes trabalhadores?, perguntam o secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos, Jorge Roque da Cunha, e a presidente do Sindicato de Todos os Enfermeiros. Gorete Pimental lembra que o ministério anunciou apenas que contratou 500 enfermeiros por quatro meses. E Roque da Cunha exige que a tutela especifique “para onde e como contratou médicos”.

O certo é que, em simultâneo com este reforço, há profissionais de saúde que estão temporariamente afastados dos serviços, por estarem infectados com o novo coronavírus, um fenómeno que os bastonários das ordens dos médicos e enfermeiros têm atribuído à falta de equipamentos de protecção individual e de testes frequentes.

Este problema está a atingir uma dimensão preocupante: a partir do momento que começaram a ser notificados casos positivos da doença no país, o número de profissionais de saúde infectados em hospitais e centros de saúde não tem

parado de aumentar – esta quarta-feira eram já 1515, dos quais 399 enfermeiros e 258 médicos, revelou o Ministério da Saúde.

O SNS conta, assim, com mais recursos humanos para a resposta à epidemia de covid-19 numa altura em que o número de casos está a aumentar em Portugal num ritmo mais lento. Os dados revelados ontem apontam, aliás, para um acréscimo de 5,6% de casos confirmados (mais 699). Do total de doentes, apenas 9,2% estão hospitalizados. De terça para quarta-feira, o número de doentes internados em cuidados intensivos até diminuiu (para 245, menos 26 do que no dia

anterior). Mas houve mais 35 mortes.

Na conferência de imprensa para balanço da situação, a directora-geral da Saúde, Graça Freitas, admitiu que a curva epidemiológica está a estabilizar em Portugal. “O que sabemos à data é que nos últimos dias tem havido uma estabilização na curva real e na projectada” – tal como o PÚBLICO noticiou esta terça-feira. Mas Graça Freitas fez questão de sublinhar que não se deve baixar a guarda. Afinal, este “não é um dado garantido” e “se abrandarmos determinadas medidas podemos ter um segundo pico ou segundo planalto”, enfatizou.

## Mais ventiladores

Entretanto, continua a chegar a Portugal o material necessário para reforçar a resposta da medicina intensiva, até agora um dos países com mais baixos rácios de camas de cuidados intensivos por 100 mil habitantes. O Governo anunciou que em breve teremos o dobro dos ventiladores.

Também presente na conferência de imprensa, João Gouveia, que preside à comissão de acompanhamento da resposta à pandemia na área da medicina intensiva, reconheceu que o número de especialistas nesta área – 260 – “pode não ser suficiente para a quantidade de ventiladores que estão a chegar”. Mas também explicou que, caso seja necessário, médicos de outras especialidades poderão operar estes equipamentos sob a coordenação de intensivistas. “Está previsto dar-lhes formação e permitir assim que prestem cuidados adequados a estes doentes, sempre sob supervisão de um intensivista”, acentuou. **com Ana Maia**

acampos@publico.pt



Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.942 • 1,30€ • Quinta-feira, 9 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



“Destavez passa”, foi o que mais se ouviu na Ponte 25 de Abril

# Turismo e construção parados podem levar PIB a queda-recorde

Cerca de dois mil reclusos vão ser libertados • Hospitais contrataram 1400 profissionais de saúde desde o início da crise • Fronteira de Vilar Formoso não tem trânsito nesta Páscoa • É a população negra quem mais sofre nos EUA • Wuhan reabriu e 65 mil pessoas foram embora **Destaque, 2 a 15** • Acompanhe em [publico.pt/coronavirus](http://publico.pt/coronavirus)

**Dificuldade em desligar é um risco do teletrabalho**

Isolamento profissional do regime do teletrabalho é outro dos problemas **p26**



**Aumentos da função pública: UGT admite rever, CGTP não**

Governo tinha fixado o aumento de, pelo menos, 1% nos salários **p21**

**Rui Pinto sai da prisão porque aceitou revelar passwords**

Criador do *Football Leaks* está proibido de aceder à Internet a partir de casa **p22**

**EUA Sanders desiste e apoia Biden nas presidenciais**

Bernie Sanders suspendeu campanha nas primárias dos democratas **p28**

**lotaria clássica**

**NESTA PÁScoa**  
**VAMOS SER FELIZES EM CASA.**

Aposte na Lotaria da Páscoa. Dia 13 anda a roda!

APOSTE TAMBÉM A PARTIR DA APP JSC E EM JOGOSANTACASA.PT #UMABOAAPOSTA

**JOGOS SANTACASA**

PUBLICIDADE

ISSN 0872-1548

# UGT admite rever aumentos para 2021 na função pública. CGTP não

O Governo tinha fixado aumentos de, pelo menos, 1% nos salários da função pública para o próximo ano. Pandemia da covid-19 levou agora o executivo a pôr esta garantia em causa

## Sindicatos

Marta Moitinho Oliveira

A CGTP e a UGT mantêm em cima da mesa a reivindicação do aumento salarial para a função pública previsto para 2021, mas as duas centrais sindicais têm visões diferentes do que pode acontecer no pós-pandemia. Enquanto Isabel Camarinha nem quer pensar na ideia de o Governo não cumprir o aumento de 1% acertado com a administração pública, Carlos Silva abre a porta a uma negociação, em função do que vier a ser a realidade do país em resultado da actual crise.

“É inaceitável que se esteja a pensar manter o não aumento de salários para o público”, disse ao PÚBLICO a secretária-geral da CGTP. A central sindical defende que “não é aceitável que o Governo esteja a colocar a possibilidade de não haver aumentos”, numa referência à declaração de Siza Vieira, o “número dois” do Governo, que numa entrevista ao Porto Canal não garantiu os aumentos. “Honestamente, não sei”, respondeu.

A reivindicação de aumentos para os trabalhadores da função pública permanece, independentemente da actual crise provocada pela pandemia de covid-19. E estende-se ao sector privado, onde a líder da CGTP também quer ver subidas salariais para 2021. Mas como fazer aumentos com empresas a fechar e a economia em trajectória de queda? “O Governo tem de exigir à Comissão Europeia que o apoio que vier a ser dado não tem uma factura de austeridade, baixos salários e cortes de direitos”, responde.

O secretário-geral da UGT nem quer ouvir falar de austeridade, mas, embora mantenha a reivindicação de aumentos salariais em cima da mesa, admite que estes sejam repensados. “Tem de se fazer uma negociação em função da realidade do país”, diz Carlos Silva ao PÚBLICO, explicando que é preciso “analisar o impacto económico desta crise e como vai ficar a capacidade do Estado”.

O líder da UGT não se vê como um



FOTOS: RUI GAUDÊNCIO



Isabel Camarinha, da CGTP, está intransigente; Carlos Silva, da UGT, ainda quer ver o impacto da covid-19

“radical”, mas defende que uma coisa é certa: os trabalhadores têm “necessidade de ter mais rendimento”.

O Governo aprovou em Conselho de Ministros aumentos de 0,3% nos salários da função pública e um acréscimo de 10 euros nas remunerações inferiores a 700 euros. Apesar de fechado apenas em Março, estes aumentos são retroactivos a Janeiro. Esta actualização junta-se ao descongelamento de carreiras, resultando num aumento médio no salário igual a 3,2%, calcula o executivo.

Quando negociou as actualizações

**Em entrevista ao Porto Canal, o ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, não deu o aumento por garantido. “Honestamente, não sei”, disse**

salariais para este ano, o Governo fixou também uma fórmula para determinar os aumentos de 2021, num regresso à normalidade, depois de dez anos sem actualizações salariais. Esta fórmula garante aumentos mínimos de 1%.

A actualização salarial prevista para o próximo ano será igual à taxa de inflação inscrita no Orçamento do Estado deste ano e esperada para 2020. Mas “para proteger o poder de compra dos trabalhadores, caso a taxa de inflação em 2020 se situe acima desta previsão, o aumento corresponderá à taxa efectivamente observada”, refere o comunicado do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, que dá conta da conclusão das negociações com os sindicatos. Já se a inflação de 2020 for inferior, o Governo mantém o aumento de 1%, “estabelecendo desde já um compromisso de actualização salarial”.

marta.oliveira@publico.pt



Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.942 • 1,30€ • Quinta-feira, 9 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



“Destavez passa”, foi o que mais se ouviu na Ponte 25 de Abril

# Turismo e construção parados podem levar PIB a queda-recorde

Cerca de dois mil reclusos vão ser libertados • Hospitais contrataram 1400 profissionais de saúde desde o início da crise • Fronteira de Vilar Formoso não tem trânsito nesta Páscoa • É a população negra quem mais sofre nos EUA • Wuhan reabriu e 65 mil pessoas foram embora **Destaque, 2 a 15** • Acompanhe em [publico.pt/coronavirus](http://publico.pt/coronavirus)

**Dificuldade em desligar é um risco do teletrabalho**

Isolamento profissional do regime do teletrabalho é outro dos problemas **p26**



**Aumentos da função pública: UGT admite rever, CGTP não**

Governo tinha fixado o aumento de, pelo menos, 1% nos salários **p21**

**Rui Pinto sai da prisão porque aceitou revelar passwords**

Criador do *Football Leaks* está proibido de aceder à Internet a partir de casa **p22**

**EUA Sanders desiste e apoia Biden nas presidenciais**

Bernie Sanders suspendeu campanha nas primárias dos democratas **p28**

PUBLICIDADE

**lotaria clássica**

**NESTA PÁScoa**  
**VAMOS SER FELIZES EM CASA.**

Aposte na Lotaria da Páscoa. Dia 13 anda a roda!

1.200.000  
ESPECIMEN

APOSTE TAMBÉM A PARTIR DA APP JSC E EM JOGOSANTACASA.PT #UMABOAAPOSTA

JOGOS SANTA CASA

ISSN-0872-1548



# O que fazer com os exames nacionais? Cancelar ou limitar matéria, dizem sindicatos

Samuel Silva e Clara Viana

**FNE e Conselho de Escolas não querem provas. Para a Fenprof, enunciados só devem ter matéria dada em aulas presenciais**

As aulas presenciais devem continuar suspensas, pelo menos, até ao final de Abril, e as atenções do sector educativo viram-se agora para os exames do ensino secundário. O que fazer com as provas nacionais marcadas para a segunda metade de Junho? A Federação Nacional de Educação (FNE) e o Conselho de Escolas defenderam o cancelamento. Para a Federação Nacional de Professores (Fenprof), a solução passa por ter enunciados que abordem apenas matéria dada em aulas presenciais.

O Ministério da Educação reuniu-se pela primeira vez com os sindicatos dos professores para discutir os impactos das medidas de contenção da covid-19 nas escolas. A posição da FNE é clara: os estudantes não podem responder a exames normais num ano anormal. As provas previstas para este ano lectivo estão prontas e, por isso, “não têm como ter em conta esta realidade diferente” com que os alunos têm lidado desde que, há cerca de um mês, o Governo decidiu suspender as aulas presenciais, defende o líder da FNE, João Dias da Silva.

Também ontem, o órgão que representa os directores junto do Ministério da Educação, Conselho das Escolas, considerou que “deve ser suprimida a avaliação externa [exames] dos alunos do 11.º e 12.º anos”, caso a actual situação de confinamento “se mantiver por tempo indeterminado”. Numa recomendação enviada ao ministro da Educação, os directores justificam esta posição pelo facto de não ser “viável” a aplicação à distância de instrumentos de avaliação que foram concebidos para serem utilizados “presencialmente, em sala de aula”.



A possibilidade de adiar os exames para depois do Verão também foi discutida

O Conselho das Escolas lembra que, para se efectuar esta mudança, “nem estão preparados os alunos nem estão preparados os professores nem foram ainda garantidas a todos as condições, conhecimentos técnicos e disponibilidades materiais para se conectarem e interagirem à distância”. Por estas razões, os directores são taxativos: durante o período de suspensão das aulas presenciais, deve ser “suprimida” toda a avaliação externa dos alunos: provas de aferição, provas finais do 9.º ano e exames do secundário.

Os exames nacionais são elaborados pelo Instituto de Avaliação Educativa (Iave), um organismo público tutelado pelo Ministério da Educação. Os enunciados que os alunos recebem em Junho e Julho costumam estar já elaborados em Janeiro, quando está ainda a começar o 2.º período.

Ainda que não seja contra a medida proposta pela FNE e pelo Conselho de Escolas, a Fenprof entende

que há outras soluções, que permitem ainda viabilizar as provas nacionais neste ano, adiando-as para depois do Verão, por exemplo. “Estamos disponíveis para tudo”, garante o secretário-geral da estrutura, Mário Nogueira.

Em qualquer um dos cenários, os exames devem, porém, “ser refeitos”. “Os alunos só devem ter que responder às matérias que tenham sido efectivamente leccionadas em contexto de sala de aula”, afirma Nogueira.

Os exames nacionais do ensino secundário são uma peça importante do concurso nacional de acesso ao ensino superior, valendo até 30% da nota com que os alunos se candidatam. O presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, João Guerreiro, tem defendido que o acesso à universidade deve continuar a ter em conta as notas dos alunos nos exames nacionais, pelo carácter regulador que estas provas têm.

Na semana passada, a FNE tinha defendido o adiamento dos exames nacionais do secundário para Setembro, bem como o cancelamento das provas de aferição do 1.º e 2.º ciclos. João Dias da Silva explica a mudança de posição. Por um lado, o “contexto de distanciamento não constitui uma dinâmica própria” de preparação dos exames nacionais. E a FNE coloca ainda dúvidas sobre a capacidade de garantir a logística das provas, que envolve, por exemplo, as forças de segurança, no actual contexto.

Depois de, na terça-feira, se ter reunido com as associações de directores de escolas públicas, representantes das escolas profissionais e dos colégios privados e com a Confederação das Associações de Pais, a tutela auscultou ontem os sindicatos dos professores.

samuel.silva@publico.pt  
clara.viana@publico.pt

## Escolas devem ficar fechadas este mês

As escolas não devem mesmo reabrir neste mês de Abril, após as férias da Páscoa, e deve ser isso que o primeiro-ministro comunica hoje ao país.

A decisão já estava implícita nas palavras do Presidente da República e de vários líderes partidários após a reunião com os epidemiologistas na terça-feira. Marcelo Rebelo de Sousa disse mesmo que “não haverá [aulas em Abril]”. É o senhor primeiro-ministro quem o dirá, no dia 9”, acrescentou. E Catarina Martins, líder do Bloco de Esquerda, afirmou que reabrir escolas em Abril estava “fora de questão”.

Dessa reunião saíram sinais positivos sobre a evolução da pandemia de covid-19 no país, mas os especialistas entendem que é cedo para se dizer com certeza em que ponto se está. E sem esse dado não é possível arriscar datas para reabertura de escolas ou realização de exames. Por outro lado, não há confiança por parte dos pais para fazerem regressar os seus filhos à escola.

Em Maio, será feita nova ponderação sobre a forma de concluir o ano escolar. Em entrevista à Renascença, na sexta-feira, o primeiro-ministro apontou 4 de Maio como “a data-limite” para o recomeço das aulas presenciais, na perspectiva de que o 3.º período ainda possa decorrer “com a normalidade possível”.

Ontem, ao longo de todo o dia, António Costa recebeu os partidos com assento parlamentar. À saída, André Ventura, o líder demissionário do Chega, disse ter sido informado da intenção de o Governo de retomar, em Maio, as aulas presenciais pelo menos das disciplinas fundamentais — e objecto de exames — nos anos de escolaridade mais avançada.

Luciano Alvarez, com M.G.